

DELINEAR
UM NOVO
FUTURO



CARTA EDUCATIVA
MUNICÍPIO DE BRAGA

1ª REVISÃO

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA EDUCATIVA

Ficha Técnica do Documento

Título:	Atualização da Carta Educativa do Município de Braga - Síntese
Descrição:	Relatório que pretende estabelecer a síntese da atualização das dinâmicas do sistema educativo e da caracterização da rede escolar atual do concelho, bem como a definição da estratégia educativa para o Município de Braga.
Data de produção:	02 de julho de 2018
Data da última atualização:	20 de julho de 2018
Versão:	Versão Final
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra
Equipa técnica:	Andreia Mota Liliana Sousa Teresa Costa
Consultores:	Carla Melo
Código de documento:	183
Estado do documento	Entrega Final
Código do Projeto:	151030305
Nome do ficheiro digital:	CE_Braga_sintese_estrategia_VF

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	6
II.	SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	8
II.1.	CONTEXTO DEMOGRÁFICO	8
II.2.	CONTEXTO EDUCATIVO	11
II.3.	SISTEMA DE ENSINO	14
II.3.1.	<i>Análise Quantitativa</i>	<i>14</i>
	Oferta (Pública e Privada)	14
	Procura (Existente e Potencial)	17
II.3.2.	<i>Análise Qualitativa</i>	<i>20</i>
	Qualidade dos Edifícios Escolares	20
	Segurança dos Edifícios Escolares	24
II.4.	MATRIZ SWOT E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	28
II.5.	DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA EDUCATIVA	39
II.5.1.	<i>Desafios da Escola do Futuro</i>	<i>52</i>
II.5.2.	<i>Visão Estratégica</i>	<i>53</i>
II.5.3.	<i>Objetivos Estratégicos</i>	<i>53</i>
	OE 1: Promoção da escola como espaço inclusivo, humanista e multivivência	54
	OE 2: Promoção da qualidade física e do sucesso educativo e formativo nas escolas	55
	OE 3: Promoção de uma política educativa coesa, colaborativa e participada	56
	OE 4: Promoção da educação de adultos e da formação ao longo da vida	56
III.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.1 Fatores de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências identificadas através das sessões de <i>Focus Group</i>	30
Quadro II.2 Situação atual das fragilidades identificadas na CE de 1.ª geração	31
Quadro II.3 Matriz SWOT – Genérico	35
Quadro II.4 Matriz SWOT – Sistema de Educação e Ensino.....	37
Quadro II.5 Matriz de sistematização das questões subjacentes aos comentários/contributos decorrentes das sessões de <i>focus group</i> e respetiva priorização em função dos resultados do diagnóstico socioeducativo.....	41

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II.1 Ferramentas e metodologias subjacentes ao diagnóstico.....	28
Figura II.2 Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT	34
Figura II.3 Níveis de priorização dos fatores de diagnóstico e das tendências identificadas	39
Figura II.4 Visão e objetivos estratégicos subjacentes à estratégia educativa para o Município de Braga	54

I. INTRODUÇÃO

O planeamento dos equipamentos educativos deve assumir um papel preponderante no contexto dos **instrumentos de ordenamento e gestão do território municipal**. A qualidade do sistema educativo constitui o pilar do desenvolvimento e qualificação da sociedade. Porém, o atual contexto socioeconómico coloca neste processo de planeamento a ênfase na racionalização, adaptação, complementaridade e rentabilização dos recursos e das ofertas educativas.

A Escola assume um papel chave e é uma acompanhante constante das mudanças sociais, por vezes perscrutadora e outras vezes dando sequência e consolidando-as. No sentido de esta responder de forma adequada a novos e complexos desafios, é necessária uma abordagem integrada, que pressuponha o envolvimento de toda a comunidade escolar numa ação coesa, coletiva e colaborativa, assente numa forte cooperação em torno de uma estratégia educativa comum e claramente definida.

Enquanto espaço privilegiado da ação educativa e ponto de formação de gerações, a Escola deve proporcionar um adequado ambiente de aprendizagem e fomentar condições que sejam sinónimo de um processo instrutivo competente. Nesta perspetiva, o Sistema Educativo não se restringe ao espaço físico da instalação escolar, mas a toda uma estrutura integrada que compreende, entre outros, o pessoal docente e não docente, as atividades extracurriculares, a atividade desportiva, o contacto com as novas tecnologias, o provimento de refeições e o transporte escolar, devendo estes aspetos ser considerados no seu todo, com vista a um nível superior da qualidade de ensino.

Segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a Carta Educativa constitui, *“a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.”*

A **Carta Educativa** é, assim, um instrumento de planeamento estratégico que tem como objetivo o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e formativo de acordo com as especificidades territoriais e a dimensão prospetiva subjacente.

Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em constante processo de atualização, deve ser avaliada periodicamente com a finalidade de, se necessário, lhe serem introduzidas correções. Com efeito, e volvidos cerca de dez anos desde o início do processo de elaboração da carta educativa de Braga, é chegado o tempo de proceder à sua revisão. Efetivamente, a dinâmica da evolução nos últimos anos, quer ao nível demográfico e socioeconómico, quer ao nível da própria política do sistema educativo e do desenvolvimento local, impõe necessidades de ajustamento deste instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa à conjuntura e mudanças ocorridas no concelho.

De acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a revisão da Carta Educativa é obrigatória quando a rede educativa do município apresenta desconformidades com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa ou sempre que resultem de

alterações significativas decorrentes da criação ou do encerramento de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

A revisão permite identificar desvios ao inicialmente proposto na elaboração Carta Educativa, suportados em resultados obtidos na sua implementação e assente nas seguintes dimensões: fases do projeto, procedimentos adotados ao longo do projeto, identificação de eventuais modificações de trajetórias que possam comprometer de algum modo o alcance das metas e na reformulação dos indicadores e objetivos iniciais.

A revisão da Carta Educativa visa assim, promover o acompanhamento e atualização das dinâmicas ocorridas no sistema educativo e a sua adequação à realidade, de modo a apoiar a conceção de estratégias da política educativa para o município e a própria implementação, materializada sob a forma de ações e intervenções concretas no território. Com efeito, pretende-se com este processo responder de forma consistente, atual e realista aos desafios e necessidades do desenvolvimento educativo presentes no concelho, numa perspetiva de coesão e sustentabilidade socioeconómica e territorial.

As propostas a apresentar para a rede escolar concelhia, a incluir na revisão deste documento estratégico, deverão estar de acordo com o diagnóstico efetuado, as deficiências da oferta existente e as previsões de evolução da população escolar. Deverão, ainda, assentar em princípios de política educativa nacional e nas necessidades locais de transformação verificadas aos diversos níveis de ensino.

O esforço de reordenamento da rede educativa municipal deverá ser completado com adequadas medidas de ação social escolar e apoio pedagógico às crianças, aos alunos e respetivas famílias, no sentido de combater o insucesso e abandono escolar no ensino básico e secundário.

Os modos e tempos de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, deverão ser adequados às necessidades familiares. O princípio da “escola a tempo inteiro” exige que se assegurem as refeições, que se adeque a rede de transportes escolares, que se promova a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), bem como o desenvolvimento de novas formas de apoio social.

Outro aspeto a considerar ao nível das propostas da Carta Educativa é a diversificação da oferta educativa do ensino secundário, valorizando a componente profissional, de forma a combater as saídas precoces do sistema educativo.

O presente documento decorre do processo de atualização da Carta Educativa do Município de Braga, pretendendo constituir uma síntese, onde se procede à compilação dos principais resultados e conclusões do diagnóstico realizado e, com base no mesmo, à definição da estratégia educativa local.

II. SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

A síntese do diagnóstico pretende proporcionar uma sistematização de referenciais da dinâmica demográfica, socioeconómica e educativa do concelho de Braga, consideradas de grande relevância para a definição da estratégia educativa local e, conseqüentemente, para a elaboração das propostas de requalificação e reordenamento da rede escolar.

Com efeito, no presente capítulo será estabelecida uma síntese dos principais fatores (oportunidades, ameaças, forças de mudança e tendências) decorrentes do diagnóstico socioeducativo, com particular incidência na dinâmica evolutiva da oferta e da procura ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário e do ensino profissionalizante, numa perspetiva quantitativa e qualitativa. Esta síntese organizar-se-á em torno de três temáticas principais: contexto demográfico, contexto educativo e sistema de ensino.

À sistematização dos principais fatores, seguir-se-á a definição de uma matriz SWOT. A definição da matriz SWOT e subsequente re(definição) estratégica terá por base, para além dos resultados dos trabalhos de diagnóstico, a aplicação de ferramentas de planeamento educativo estratégico, bem como a consideração dos contributos decorrentes da participação dos diversos agentes envolvidos nas sessões de *focus group* realizadas.

II.1. CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Em termos de dinâmica demográfica, o concelho de Braga regista um crésimo população no último período intercensitário, traduzido por uma variação positiva de 10,54%, o equivalente a um acréscimo de 17302 habitantes. Ao nível das freguesias a tendência é heterógena, ainda que a maioria apresente um aumento do número de efetivos, com destaque para a União das freguesias de Nogueiró e Tenões (61,04%), Gualtar (38,85%) e a União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (32,97%). Em oposição, são as freguesias de Ruílhe (-12,56%), Espinho (-11,47%) e Sequeira (-10,79%) que assinalam as maiores quebras em termos percentuais.

À data dos censos de 2011, distinguem-se as freguesias de São Vítor (16,33%), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (8,03%), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (7,88%), São Vicente (7,29%) e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações (7,19%), por, em termos comparativos, apresentarem o maior número de residentes. Estas cinco freguesias agregam, no seu conjunto, quase metade da população residente no concelho de Braga (46,73%).

O território concelhio apresenta, à data dos censos de 2011, uma densidade populacional de 989,6 habitantes por km², valor expressivamente superior às unidades territoriais onde este se encontra inserido. Ao nível das freguesias, são as freguesias de São Vítor (7258,5 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (5881,1 habitantes por km²), União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) (5676,9 habitantes por km²) e São Vicente (5189,7

habitantes por km²) que apresentam as maiores densidades populacionais. Em oposição, as freguesias de Pedralva (137,6 habitantes por km²), União das freguesias de Santa Lucrecia de Algeriz e Navarra (159,9 habitantes por km²) e União das freguesias de Crespos e Pousada (183,6 habitantes por km²) são as que registam o menor número de residentes por unidade de área.

Para além de registar a maior densidade populacional comparativamente com as unidades territoriais onde se encontra inserido, o concelho de Braga regista também o maior incremento do número de habitantes por km² no período intercensitário, assistindo a uma variação positiva de 10,41%.

Em termos de distribuição etária da população residente, regista-se uma preponderância do grupo etário dos 25 aos 64 anos (população adulta), o qual representa mais de metade do total de residentes (58,31%). Os grupos etários mais jovens (dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos) apresentam também um peso significativo no panorama demográfico geral (28,52%), ainda que tenham registado um decréscimo entre os anos de 2001 e 2011 (-3,47% e -17,06%, respetivamente). A população idosa, ainda que menos representativa a nível geral, regista o acréscimo mais expressivo no período intercensitário (34,51%).

No último ano censitário registam-se no território concelhio 30617 crianças e jovens em idade escolar (3-17 anos), o equivalente a 16,87% da população residente total. Este valor é, em termos percentuais, superior ao observado na NUT II – Norte (15,85%) e NUT I – Continente (15,17%), mas ligeiramente inferior ao constatado na NUT III – Cávado (17,26%).

Quanto à distribuição da população em idade escolar por freguesia, destacam-se as freguesias de União das freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) (21,65%), Lamas (20,55%) e Sequeira (19,98%), onde a população escolar assume maior representatividade no panorama demográfico geral. No sentido oposto, refere-se a União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) (13,75%) e Adaúfe (13,99%), onde esta faixa etária é menos representativa.

Em 2011, do total de 30617 crianças e jovens em idade escolar no concelho, contabilizam-se 5590 crianças com idade para frequência da educação pré-escolar (3-5 anos), 7957 crianças com idade para frequência do 1.º ciclo do ensino básico (10-11 anos), 4319 crianças em idade de frequência do 2.º ciclo do ensino básico (10-11 anos), 6428 jovens em idade de frequência do 3.º ciclo do ensino básico (12-14 anos) e 6323 jovens em idade de frequência do ensino secundário.

No que concerne à taxa de natalidade, no último ano censitário, o concelho de Braga regista uma taxa de natalidade de 10,0‰, assinalando um decréscimo de -3,0‰ face ao ano censitário anterior. Esta taxa é, todavia, superior às verificadas nas unidades territoriais onde se encontra inserido, nomeadamente à registada na NUT III – Cávado (9,3‰), NUT II – Norte (8,5‰) e NUT I – Continente (9,1‰).

Quanto à taxa de mortalidade, o território concelhio regista, no ano censitário de 2011, um valor de 5,9‰, o que representa um decréscimo de -0,8‰ face ao ano censitário precedente. Esta taxa é significativa inferior às verificadas nas unidades territoriais em que se insere, designadamente na NUT III – Cávado (7,0‰), NUT II – Norte (8,6‰) e NUT I – Continente (9,8‰). Ao nível das freguesias que compõem o concelho, a tendência não é uniforme, observando-se uma variação negativa desta taxa em 21 freguesias, uma variação positiva em 15 freguesias e uma variação nula em uma freguesia.

Em termos de índice de juventude do território, observa-se uma significativa quebra no período intercensitário (-48,8%). Ainda assim, este índice é, em 2011, substancialmente superior ao verificado nas NUT III – Cávado (114,9%), NUT II – Norte (88,2%) e NUT I – Continente (76,6%). O índice de envelhecimento, por sua vez, evidencia um acréscimo entre 2001 (57,8%) e 2011 (80,5%), sendo este incremento inferior ao verificado nas NUT III – Cávado (26,3%), NUT II – Norte (33,5%) e NUT I – Continente (26,0%).

No último ano censitário, a população ativa no concelho representava 52,02% do total da população residente, o equivalente a 94411 indivíduos. Destes, 81971 residentes encontravam-se empregados e os restantes 12440 enfrentavam uma situação de desemprego. No que se refere à distribuição da população desempregada por grupo etário, é nas faixas etárias mais jovens (até aos 30 anos) que se constata uma maior dificuldade de integração do mercado de trabalho.

No que concerne à população empregada, 69,4% exerce atividade no setor terciário, 30,0% no setor secundário e apenas 0,6% no setor primário. Em termos de distribuição por atividade económica, à data dos censos de 2011, é o setor das “*indústrias transformadoras*” que emprega uma maior proporção da população (19,16%), seguindo-se os setores do “*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*” (18,96%), da “*educação*” (12,74%), da “*construção*” (9,31%) e das “*atividades de saúde humana e apoio social*” (7,83%). Os grupos de profissões predominantes são os “*especialistas das actividades intelectuais e científicas*” (19,97%) e os “*trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores*” (18,06%), aos quais se seguem os “*trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*” (17,11%), os “*trabalhadores não qualificados*” (12,05%) e os “*técnicos e profissões de nível intermédio*” (11,08%).

O tecido empresarial local é dominado por empresas respeitantes ao “*comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*” (4231 empresas), assumindo também significativa representatividade as empresas das “*atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*” (2392 empresas) e das “*atividades administrativas e dos serviços de apoio*” (2025 empresas).

Quanto à população estudante, no mesmo ano, esta representa 24,03% da população residente, o correspondente, em termos absolutos, a 39463 indivíduos. No seu conjunto, a população residente empregada e a população estudante representam quase três quartos (73,96%) do total da população residente no território concelhio.

No que se refere ao local de trabalho/estudo da população residente empregada/estudante, as deslocações intraconcelhias predominam sob as deslocações interconcelhias, uma vez que 80,3% da população residente empregada e 89,5% da população residente estudante exercem a respetiva atividade no município. Do total de residentes empregados ou estudantes que residem e trabalham ou estudam em Braga, 71,1% fá-lo noutra freguesia do município, 26,4% trabalha ou estuda na freguesia onde reside e 2,5% executa a respetiva atividade em casa. Relativamente à população residente empregada/estudante fora do município de Braga, 92,8% fá-lo noutra município e os restantes 7,2% executa a respetiva atividade no estrangeiro.

O escalão de duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante mais representativo é o de até 15 minutos, abarcando mais de metade destes residentes

(58,6%). À medida que aumenta o escalão de duração das deslocações, vai diminuindo a relevância percentual da população enquadrada pelo mesmo.

No que diz respeito aos movimentos pendulares da população escolar, em particular, a tendência é semelhante, com 67,0% dos estudantes a despendem até 15 minutos nestas deslocações, 25,5% a consumirem entre 16 a 30 minutos, 6,3% a necessitarem de 31 a 60 minutos, 0,9% a despendem entre 61 a 90 minutos e 0,6% a consumirem mais de 90 minutos neste tipo de movimentos.

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da população residente é, à data dos censos de 2011, o automóvel ligeiro, quer seja no papel de condutor (45,7%), quer como passageiro (19,9%). Este meio de transporte representa, a nível municipal, cerca de 65,58% da população residente empregada ou estudante. Seguem-se as deslocações pedonais (18,20%) e o recurso ao autocarro (11,70%). A utilização dos restantes meios de transporte (e.g. transporte coletivo da empresa ou da escola, metropolitano, comboio, motociclo e bicicleta), no seu conjunto, fica aquém dos 5% da população residente empregada ou estudante.

A projeção demográfica, realizada para o concelho segundo o método das componentes por coortes, contemplando a análise de variáveis como a mortalidade, a fecundidade e as migrações, indica uma diminuição da população residente no município até ao ano de 2031, traduzida por uma perda total de 9684 residentes face à população de referência (2011). O decréscimo do número de mulheres em idade fértil e, conseqüentemente, do número de crianças e jovens, prevê-se particularmente expressivo, refletindo um agravamento progressivo da tendência de envelhecimento populacional.

No que respeita à população em idade escolar, a quebra projetada para as duas décadas compreendidas entre os anos de 2011 e 2031 é bastante significativa, estimando-se uma diminuição total de 10.158 residentes entre os 3 e os 17 anos de idade. Prevê-se que tal decréscimo se venha a verificar nas diferentes classes etárias da população escolar, isto é, nos residentes que potencialmente frequentarão os diferentes níveis de instrução, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

Na educação pré-escolar, a quebra estimada é de cerca de 1.790 potenciais alunos entre 2011 e 2031. No ensino básico, projetam-se decréscimos de 2.640 potenciais alunos do 1.º ciclo do ensino básico, enquanto dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico poderão assistir a decréscimos na ordem dos 1.577 e dos 2.116 alunos, respetivamente. Quanto à população com idade de frequência do ensino secundário, a quebra é também bastante expressiva, fixando-se nos 2.035 residentes.

II.2. CONTEXTO EDUCATIVO

No ponto de vista do quadro educativo geral do concelho de Braga, a taxa de analfabetismo decresceu no último período intercensitário 2001-2011 (-2,4%). Ainda que, quando comparado com as unidades territoriais em que se encontra inserido, o território concelhio tenha apresentado o menor decréscimo, no ano de 2011 a respetiva taxa é claramente inferior às observadas nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%).

Relativamente aos níveis de instrução da população, comparativamente com o contexto regional e nacional, é no concelho de Braga que se verifica uma menor preponderância dos níveis de instrução mais baixos. Embora o 1.º ciclo do ensino básico seja o nível de instrução mais representativo, o concelho regista as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo, contabilizando 16,10% da população residente nestas circunstâncias, valor que transcende largamente os observados nas NUT III – Cávado (10,75%), NUT II – Norte (10,17%) e NUT I – Continente (11,93%). Cenário idêntico é o observado relativamente ao ensino secundário e ao 3.º ciclo do ensino básico, com uma maior proporção da população residente no concelho a apresentar estes níveis de instrução completos.

A taxa real de pré-escolarização registada no concelho é, para o ano letivo 2015-2016, de 97,7%, valor que é substancialmente superior ao registado nas NUT I – Continente (88,4%), NUT II – Norte (94,0%) e NUT III – Cávado (95,2%).

No ensino básico, a taxa bruta de escolarização supera os 100% durante todo o período compreendido entre os anos letivos de 2006-2007 e 2015-2016, evidenciando que “teoricamente” toda a população residente enquadrada no grupo etário entre os 6 e os 14 anos se encontrava a frequentar o sistema de ensino. No ano letivo 2015-2016, a taxa bruta de escolarização no território concelhio é de 114,3%, superando os valores registados nas NUT I – Continente (109,3%), NUT II – Norte (109,3%) e NUT III – Cávado (105,3%).

Quanto ao ensino secundário, que compreenderá os indivíduos dos 15 aos 17 anos, a taxa bruta de escolarização supera também os 100%, indiciando que “teoricamente” toda a população residente enquadrada no grupo etário correspondente é escolarizada. O valor registado no concelho no ano letivo 2015-2016 é de 146,3%, sendo significativamente superior ao aferido nas NUT I – Continente (115,0%), NUT II – Norte (112,0%) e NUT III – Cávado (113,0%).

No período compreendido entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, comparativamente com a realidade regional e nacional, é no concelho de Braga que se registam sempre os valores mais reduzidos da taxa de retenção e desistência no ensino básico. Em 2015-2016, a taxa observada é de 3,5%, face aos 6,4% registados na NUT I – Continente, aos 5,4% auferidos pela NUT II – Norte e aos 3,8% assinalados na NUT III – Cávado. Quando analisada esta taxa nos diferentes ciclos, constata-se que o município apresenta a menor taxa de retenção no 1.º ciclo (1,8%), seguindo-se a NUT III – Cávado (2,0%), a NUT II – Norte (2,8%) e, por fim, a NUT I – Continente (3,6%). No 2.º ciclo do ensino básico, a taxa é de 3,2%, sendo equivalente à registada na NUT III – Cávado, mas inferior às auferidas nas NUT II – Norte (4,9%) e na NUT I – Continente (6,7%). Por fim, o 3.º ciclo é o que mais contribui para a taxa global de retenção e desistência do ensino básico, registando-se 5,6% dos alunos retidos em 2015-2016, valor que é mais uma vez significativamente inferior ao observado nas NUT III – Cávado (6,3%), a NUT II – Norte (8,9%) e, por fim, a NUT I – Continente (9,8%).

No ensino secundário, as taxas de retenção e desistência são substancialmente superiores às do ensino básico, tendo sido apurada para o concelho uma taxa de 13,9%. Esta taxa é apenas inferior à verificada na NUT I – Continente (15,5%), superando as contabilizadas nas NUT III – Cávado (6,3%) e NUT II – Norte (13,3%).

No que se refere às taxas de abandono escolar no ensino básico, o município regista um ligeiro decréscimo entre os anos de 2001 (1,4%) e 2011 (1,3%), sendo que a taxa em 2011 é inferior à registada quer no contexto regional, quer no contexto nacional. No mesmo ano censitário, a NUT III – Cávado apresenta uma taxa de 1,4%, a NUT II observa uma taxa de 1,5% e na NUT I – Continente é aferido um valor percentual de 1,7%.

Quanto às taxas de conclusão/transição escolar no ensino secundário, assistiu-se, de um modo geral, a um incremento desta taxa entre os anos letivos 2006-2007 (74,0%) e 2015-2016 (86,1%) no concelho de Braga. A taxa registada em 2015-2016 regista um valor superior ao registado na NUT I – Continente (84,5%), mas que fica aquém do apresentado pelas NUT III – Cávado (87,4%) e NUT II – Norte (86,7%).

Nos cursos gerais / científico-humanísticos, a referida taxa situa-se nos 84,8%, superando as registadas nas NUT II – Norte (84,5%) e na NUT I – Continente (82,1%). A taxa de conclusão/transição escolar referente aos cursos tecnológicos / profissionais, por sua vez, fixa-se nos 89,0%, valor que apenas supera o observado na NUT I – Continente (88,8%).

Os resultados escolares nas provas de aferição e exames nacionais constituem indicadores de monitorização que permitem aferir o grau de alcance das metas nacionais. No 1.º ciclo do ensino básico, no ano de 2015, a percentagem de alunos no concelho de Braga com classificação positiva na prova final de Língua Portuguesa ronda os 91,0%, valor superior ao observado a nível nacional (85,9%), mas que se encontra aquém da meta nacional (95,3%) estabelecida para o mesmo ano. Relativamente à prova final de Matemática, a percentagem de alunos com classificação positiva é significativamente superior no concelho de Braga (80,1%), comparativamente com o panorama nacional (69,7%), mas a disparidade face à meta nacional definida (92,4%) é ainda mais acentuada.

Quanto às provas finais do 2.º ciclo do ensino básico, a percentagem de alunos com classificação positiva é também superior no concelho de Braga, para as provas de ambas as disciplinas (língua portuguesa e matemática). A taxa de classificações positivas é de 84,9% na prova de língua portuguesa e de 62,2% na prova de matemática, ficando significativamente aquém das metas nacionais estabelecidas para o mesmo ano (92,0% para a prova de língua portuguesa e 80,1% para a prova de matemática).

Os resultados das provas finais do 9.º ano no ano letivo 2016-2017, quer para língua portuguesa (81,0%), quer para matemática (66,1%), superam largamente os observados a nível nacional, para além de superarem significativamente as metas nacionais estabelecidas para 2015.

Por fim, no que respeita aos exames nacionais do ensino secundário, o concelho de Braga apresenta valores percentuais de classificações positivas superiores aos do contexto nacional, com 50,4% dos alunos a obterem classificação positiva a Matemática A e 62,6% a Português, no ano letivo 2016-2017. Não obstante, os resultados ficam aquém da meta nacional estabelecida para o ano de 2015.

II.3. SISTEMA DE ENSINO

No que se refere ao sistema de ensino local, o território concelhio encontra-se organizado num total de 12 Agrupamentos de Escolas, sendo a rede escolar pública ainda constituída por uma escola não agrupada, designadamente a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

Os estabelecimentos que integram a rede escolar pública do concelho abrangem os diferentes níveis escolares, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, contemplando vertentes como o ensino artístico e o ensino profissional.

Nos pontos que se seguem proceder-se-á à sistematização dos aspetos mais relevantes do diagnóstico ao nível do parque escolar e das dinâmicas escolares do município de Braga. Para o efeito, será realizada uma síntese, sob a forma de análise quantitativa e qualitativa.

II.3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA

A análise quantitativa incide nas principais conclusões referentes quer à oferta educativa (pública e privada), quer à procura (existente e potencial).

OFERTA (PÚBLICA E PRIVADA)

Relativamente à oferta escolar existente no concelho de Braga, salientam-se as seguintes características, por nível de instrução correspondente:

- **Educação pré-escolar**

No concelho de Braga existem um total de 101 estabelecimentos escolares com oferta ao nível da educação pré-escolar, dos quais 64 são de natureza pública e 37 são privados.

Relativamente à rede pública, este nível de instrução é ministrado em regime de associação com o 1.º ciclo do ensino básico em 43 escolas e nas restantes 21 escolas é lecionado em regime isolado.

Em termos quantitativos, em 36 das 37 freguesias que constituem o concelho de Braga existe pelo menos um estabelecimento escolar público com oferta da educação pré-escolar. A única exceção refere-se à freguesia de Ruíhe.

Quanto à rede privada, a educação pré-escolar é assegurada por 37 estabelecimentos escolares, distribuídos por um total de 14 freguesias. Destas escolas, 26 ministram este nível de instrução em regime isolado, enquanto nas restantes a educação pré-escolar é lecionada em regime de associação com outros níveis.

No que subjaz à capacidade instalada nos estabelecimentos de educação que integram a rede escolar pública do concelho, contabilizam-se um total de 138 salas de atividades destinadas à educação pré-escolar, distribuídas do seguinte modo: 11 no AE Alberto Sampaio, 12 no AE André Soares, 12 no AE Carlos

Amarante, nove do AE D. Maria II, seis no AE Braga Oeste, 13 no AE de Celeirós, nove no AE de Maximinos, 13 no AE Mosteiro e Cávado, 11 no AE de Real, 17 no AE Trigal de Santa Maria, 10 no AE Dr. Francisco Sanches e 15 no AE Sá de Miranda.

- **1.º ciclo do ensino básico**

O 1.º ciclo do ensino básico é assegurado no concelho de Braga por um total de 75 estabelecimentos escolares, dos quais 65 são públicos e 10 são de natureza privada.

No que respeita à rede pública, as 65 escolas em funcionamento encontram-se distribuídas por um total de 35 freguesias. Destas escolas, 42 garantem o 1.º ciclo do ensino básico em regime de associação com a educação pré-escolar, enquanto nas restantes 23 escolas é apenas lecionado este nível de instrução.

A rede privada contabiliza, por sua vez, um total de 10 escolas com oferta do 1.º ciclo do ensino básico, as quais se encontram distribuídas por seis freguesias, a saber: Braga (São Vicente), Braga (São Victor), Gualtar, Sequeira, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto) e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe. Nestas escolas o 1.º ciclo do ensino básico é lecionado em regime de associação com outros níveis de instrução.

A análise da capacidade instalada na rede pública do 1.º ciclo do ensino básico apontou a existência de um total de 340 salas de aula, com a seguinte distribuição: 30 no AE Alberto Sampaio, 36 no AE André Soares, 28 no AE Carlos Amarante, 30 do AE D. Maria II, oito no AE Braga Oeste, 28 no AE de Celeirós, 29 no AE de Maximinos, 20 no AE Mosteiro e Cávado, 36 no AE de Real, 27 no AE Trigal de Santa Maria, 31 no AE Dr. Francisco Sanches, 33 no AE Sá de Miranda e quatro na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian.

- **2.º e 3.º ciclos do ensino básico**

No concelho de Braga, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são ministrados num total de 26 estabelecimento de ensino (17 públicos e oito privados).

Quanto à rede pública, são 12 as escolas que garantem o 2.º ciclo e 17 as que lecionam o 3.º ciclo do ensino básico. Estas escolas encontram-se distribuídas por um total de 12 freguesias, designadamente: Braga (São Vicente), Braga (São Vítor), Gualtar, Palmeira, Tadim, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), União das freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União das freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe.

As escolas da rede privada, por sua vez, abarcam distintos níveis de instrução e distribuem-se geograficamente por seis freguesias: Braga (São Vicente), Braga (São Vítor), Gualtar, União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), União das freguesias de Real, Dume e Semelhe e Ruílhe.

Quanto à capacidade instalada na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, refere-se a existência de um total de 370 salas de aula, com a seguinte distribuição: 27 no AE Alberto Sampaio, 45 no AE André

Soares, 32 no AE Carlos Amarante, 33 do AE D. Maria II, 23 no AE Braga Oeste, 24 no AE de Celeirós, 24 no AE de Maximinos, 26 no AE Mosteiro e Cávado, 31 no AE de Real, 16 no AE Trigal de Santa Maria, 45 no AE Dr. Francisco Sanches, 30 no AE Sá de Miranda e 14 na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Note-se que a este valor estará associado um ligeiro desfasamento, por defeito, dado existirem escolas que asseguram o 3.º ciclo do ensino básico em associação com o ensino secundário, sendo as respetivas salas partilhadas entre ambos os níveis. Não estando, nestes casos, definido o número de salas atribuídas a cada nível, por uma questão de representatividade, optou-se por associar este número ao ensino secundário, para efeitos de estimativa da capacidade instalada.

• Ensino secundário

No concelho de Braga o ensino secundário regular é ministrado em 10 escolas (cinco públicas e cinco privadas).

As escolas da rede pública com oferta ao nível do ensino secundário localizam-se em quatro freguesias, designadamente em Braga (São Vítor), São Vicente, União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) e União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), sendo que esta última concentra duas escolas com este tipo de oferta. Nestas escolas, o ensino secundário não é lecionado de forma exclusiva, existindo também oferta do 3.º ciclo do ensino básico.

No que subjaz à rede privada, as cinco escolas distribuem-se também por quatro freguesias, a saber: São Vicente, Gualtar, Ruílhe e União das freguesias de Real, Dume e Semelhe. Também nestes estabelecimentos de ensino, o ensino secundário é ministrado em associação com outros níveis de instrução.

A análise da capacidade instalada na rede pública do ensino secundário evidencia a existência de um total de 306 salas de aula, com a seguinte distribuição: 64 no AE Alberto Sampaio, 83 no AE Carlos Amarante, 65 do AE D. Maria II, 35 no AE de Maximinos, 55 no AE Sá de Miranda e quatro na Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Em coerência com o anteriormente referido, note-se que a este número contabiliza o número total de salas existentes nas escolas secundárias, uma parte das quais são partilhadas com o 3.º ciclo do ensino básico.

Quanto ao ensino profissional, no território concelhio existem dez escolas que asseguram a via profissionalizante, cinco dos quais integram a rede pública e cinco a rede privada.

As escolas da rede pública com este tipo de oferta são a Escola Secundária Alberto Sampaio e a Escola Secundária D. Maria II, situadas na União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), a Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga (São Vítor), a Escola Secundária de Maximinos, situada em União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade) e a Escola Secundária Sá de Miranda, em Braga (São Vicente). Nestas escolas, o ensino profissional não é lecionado de forma exclusiva.

Relativamente à rede privada, de referir que a Escola Europeia de Ensino Profissional, situada em União das freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), a Esprominho - Escola Profissional do Minho, em Braga (São Vicente), o Externato "Infante D. Henrique", em Ruílhe e as Escolas Profissionais de Braga e Profitecla, localizadas em União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto).

Destas escolas, apenas o Externato "Infante D. Henrique" agrega a oferta do ensino profissionalizante juntamente com outros níveis e/ou modalidades de ensino.

PROCURA (EXISTENTE E POTENCIAL)

Ao nível da procura dos estabelecimentos de educação e ensino do município, procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico, por nível de instrução:

o Educação pré-escolar

A educação pré-escolar constitui a primeira fase na integração das crianças no âmbito do sistema educativo, correspondendo a um nível de educação universal para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade.

No período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, o número de alunos a frequentar a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho de Braga evidencia uma tendência claramente decrescente. Com efeito, ano letivo 2009-2010 frequentavam a educação pré-escolar na rede escolar pública do concelho cerca de 2.561 crianças, número que apresentou contínuas quebras nos anos subsequentes, de tal modo que em 2017-2018 o número total de alunos neste nível de instrução perfaz os 1.859.

A tendência de quebra do número de alunos na educação pré-escolar é, em termos gerais, transversal aos diferentes agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II, onde se regista um ligeiro incremento. Em contrapartida, é no AE Mosteiro e Cávado que se assiste à maior quebra do número de alunos, contabilizando-se 156 frequências ano letivo 2017-2018, menos 140 do que as registadas em 2006-2007 (296 frequências).

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 1.859 crianças a frequentar a educação pré-escolar na rede pública, distribuídas do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 183 alunos; AE André Soares – 154 alunos; AE Carlos Amarante – 195 alunos; AE D. Maria II – 189 alunos; AE Braga Oeste – 75 alunos; AE de Celeirós – 142 alunos; AE de Maximinos – 126 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 156 alunos; AE de Real – 137 alunos; AE Trugal de Santa Maria – 136 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 163 alunos; e AE Sá de Miranda – 203 alunos.

Nas escolas da rede privada, a evolução registada entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 é, em termos globais, também de decréscimo, ainda que menos expressivo, assistindo-se a uma perda de 37 alunos. Com efeito, em 2015-2016 contabilizam-se um total de 3.110 crianças a frequentar a educação pré-escolar na rede privada.

Relativamente à procura potencial, estima-se uma tendência decrescente no futuro, antevendo-se a existência de menos 1.790 alunos em idade de frequência da educação pré-escolar (3 a 5 anos) em 2031, comparativamente com o número de efetivos desta classe etária no ano de 2011. Com efeito, em 2021 estima-se a existência de 4.726 residentes nesta faixa etária, enquanto em 2031 o total deverá fixar-se nas 3.800 crianças.

- **1.º ciclo do ensino básico**

No 1.º ciclo do ensino básico, a tendência evolutiva observada no período compreendido entre os anos letivos 2007-2008 e 2017-2018 é expressamente de redução do número total de frequências na rede pública. Neste intervalo, o número total de alunos neste ciclo passou de 7.840 registados no ano letivo 2007-2008 para os 5.889 observados no ano letivo 2017-2018, traduzindo uma quebra total de 1.951 alunos. Esta tendência de decréscimo é transversal aos doze agrupamentos de escolas. A Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, por sua vez, assiste a um ligeiro incremento (+ 48 alunos).

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 5889 crianças a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico na rede pública, distribuídas do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 625 alunos; AE André Soares – 777 alunos; AE Carlos Amarante – 479 alunos; AE D. Maria II – 545 alunos; AE Braga Oeste – 135 alunos; AE de Celeirós – 312 alunos; AE de Maximinos – 448 alunos; AE Mosteiro e Cávado – 336 alunos; AE de Real – 673 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 359 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 596 alunos; AE Sá de Miranda – 396 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 208 alunos.

Na rede privada, contrariamente ao observado na generalidade dos estabelecimentos da rede pública, assiste-se a um incremento no número total de frequências entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, aferindo-se um acréscimo total de 272 alunos. No ano letivo 2015-2016 registam-se 1.638 alunos no 1.º ciclo do ensino básico da rede privada.

No que subjaz à procura potencial, note-se que as projeções apontam para uma quebra no número de efetivos em idade de frequência do 1.º ciclo do ensino básico (6 a 9 anos) entre 2011 e 2031, traduzida por uma redução total de 2.640 potenciais alunos. Em 2021 prevê-se a existência de um total de 5.911 residentes nesta faixa etária, enquanto em 2031 o número se deverá ficar pelas 5317 crianças.

- **2.º e 3.º ciclos do ensino básico**

Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga, a evolução do número total de alunos entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018 evidencia uma marcada tendência de quebra. Com efeito, no ano letivo 2017-2018 registam-se um total de 8808 alunos em ambos os níveis de instrução, menos 1468 do que os registados em 2009-2010.

A tendência decrescente não é, contudo, transversal às várias unidades orgânicas da rede escolar pública. As quebras mais expressivas são observadas no AE Dr. Francisco Sanches (- 647 alunos), no AE de Maximinos (- 420 alunos), no AE Mosteiro e Cávado (- 267 alunos), no AE Braga Oeste (- 218 alunos) e no AE de Celeirós (- 207 alunos). Pelo contrário, o AE Carlos Amarante e o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian evidenciam acréscimos significativos, embora em ambos os casos se venha a assistir a uma inversão desta tendência nos últimos anos letivos.

No ano letivo 2017-2018 contabilizam-se um total de 808 alunos a frequentar os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na rede escolar pública do concelho de Braga, repartidos do seguinte modo: AE Alberto Sampaio – 838 alunos; AE André Soares – 1261 alunos; AE Carlos Amarante – 870 alunos; AE D. Maria II – 896 alunos; AE Braga Oeste – 440 alunos; AE de Celeirós – 454 alunos; AE de Maximinos – 643 alunos; AE Mosteiro e

Cávado – 457 alunos; AE de Real – 787 alunos; AE Trigal de Santa Maria – 383 alunos; AE Dr. Francisco Sanches – 843 alunos; AE Sá de Miranda – 683 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 298 alunos.

No que subjaz à rede privada, entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016, não se observa uma tendência evolutiva muito marcada, na medida em que se registam sucessivos acréscimos e decréscimos do número total de alunos. Todavia, a partir de 2013-2014 a tendência é de contínuo acréscimo do total de frequências nestes níveis do ensino básico.

As estimativas futuras do número de residentes em idade de frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (10 a 14 anos), indicam também uma quebra, traduzida por decréscimos na ordem dos 1.577 e dos 2.116 potenciais alunos, respetivamente, em cada um dos ciclos, no período de análise (2011 a 2031). Com efeito, em 2021 deverão contabilizar-se um total de 3.356 residentes entre os 10 e os 11 anos e 5.152 entre os 12 e os 14 anos. Na década seguinte, prevê-se a existência de 2.742 e 4.312 residentes, respetivamente, nas duas faixas etárias em análise.

• Ensino secundário

A análise da evolução do número de alunos no ensino secundário da rede pública do concelho denota também uma tendência decrescente, de tal modo que em 2017-2018 o número total de frequências perfaz as 5797, menos 836 do que as registadas em 2009-2010.

A tendência de quebra é comum à generalidade dos agrupamentos de escolas, com a exceção do AE D. Maria II. Neste agrupamento assiste-se a uma diminuição do número de frequências até ao ano letivo 2012-2013, a que se segue uma tendência crescente até 2017-2018. Por outro lado, também a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian regista um aumento progressivo do número de alunos no período em análise.

No ano letivo 2017-2018 a rede escolar pública do ensino secundário é frequentada por um total de 5797 alunos, distribuídos da seguinte forma: AE Alberto Sampaio – 1464 alunos; AE Carlos Amarante – 1712 alunos; AE D. Maria II – 1252 alunos; AE de Maximinos – 211 alunos; AE Sá de Miranda – 1023 alunos; e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian – 135 alunos.

No que respeita, em particular, ao ensino secundário profissional ministrado nas escolas da rede escolar pública, a tendência é também de decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018. A quebra é particularmente evidente a partir do ano letivo 2012-2013, tendo-se assistido, desde então, a uma perda total de 390 frequências. Tal tendência evolutiva é comum à generalidade das unidades orgânicas, excetuando o AE D. Maria II que regista um aumento progressivo do número de alunos nesta modalidade, a partir do ano letivo 2010-2011. Em contrapartida o AE de Maximinos regista um decréscimo contínuo e acentuado do número de frequências.

Com efeito, no ano letivo 2017-2018, a rede escolar pública concelhia regista um total de 933 alunos no ensino profissionalizante, com a seguinte distribuição: AE Alberto Sampaio – 316 alunos; AE Carlos Amarante – 158 alunos; AE D. Maria II – 259 alunos; AE de Maximinos – 25 alunos; e AE Sá de Miranda – 175 alunos.

Na rede escolar privada assiste-se, de um modo geral, a um aumento do número de frequências no ensino secundário, ainda que pautado por algumas oscilações inter-anuais. No ano letivo 2006-2007 o número de alunos na rede privada perfazia os 2111 alunos, enquanto em 2015-2016 se contabilizavam 2754 frequências.

Quanto ao ensino secundário profissional, assiste-se também a uma tendência evolutiva crescente da procura dos estabelecimentos escolares da rede privada. No ano letivo 2015-2016, o número total de alunos perfaz os 1372, valor que traduz uma ligeira quebra comparativamente com o ano letivo anterior (- 29 alunos), mas simultaneamente um acréscimo de 649 frequências face às registadas no ano letivo 2006-2007.

Em termos de procura potencial, importa referir que as projeções apontam para uma quebra expressiva do número de residentes em idade de frequência do ensino secundário (15 a 17 anos) entre 2011 e 2031, traduzida por uma diminuição total de 2.035 potenciais alunos. Por conseguinte, em 2121 deverão contabilizar-se 5.456 residentes nesta faixa etária, enquanto em 2031 este número deverá decrescer para os 4.288 residentes.

II.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA

A análise qualitativa incide nas principais conclusões em termos de qualidade e segurança dos equipamentos escolares, as quais decorrem da análise e sistematização das respostas aos inquéritos aplicados aos diferentes estabelecimentos de educação e ensino públicos do território concelhio. Assim, note-se que a classificação do estado de conservação dos edifícios escolares corresponde à apresentada pelos representantes de cada um dos estabelecimentos escolares, na respetiva ficha de sistematização física (inquérito).

QUALIDADE DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

No que concerne à qualidade dos edifícios escolares da rede pública do concelho de Braga, salientam-se os seguintes aspetos, por unidade orgânica:

- **Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio**

Três escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB n.º 1 de Nogueira, JI de Lomar e EB de Lomar), sete evidenciam um estado razoável (JI de Monte, EB de Fraião, JI de Carvalho, EB de Arcos, EB de Esporões e EB de Nogueira) e três apresentam um bom estado (EB de Trandeiras, EB de Morreira e EB Alberto Sampaio).

Em termos de necessidades de reparação dos edifícios escolares, ao nível do exterior prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (seis dos 13 edifícios em análise), sendo que apenas o edifício do 1.º CEB da EB de Esporões considera não serem necessárias reparações.

Relativamente ao interior, cinco escolas indicam pequenas necessidades (JI de Monte, JI de Carvalho, EB de Trandeiras, EB de Morreira e ES Alberto Sampaio) e também cinco apontam médias necessidades (JI Lomar, EB de Fraião, EB de Arcos, edifício da educação pré-escolar da EB de Esporões e EB de Nogueira).

- **Agrupamento de Escolas André Soares**

Em termos de estado geral de conservação dos edifícios escolares, três apresentam um bom estado (EB de São Lázaro, EB do Fujacal e EB André Soares), dois um estado razoável (EB Carandá e edifício da pré-escolar da EB de Ponte Pedrinha) e um apresentam um fraco estado de conservação (edifício do 1.ª CEB da EB de Ponte Pedrinha).

Relativamente ao interior dos edifícios escolares, a maioria das escolas apresenta pequenas necessidades de reparação (EB do Carandá, edifício do JI de Ponte Pedrinha e EB André Soares), enquanto duas indicam não necessitar de reparações (EB de São Lázaro e EB do Fujacal) e uma aponta médias necessidades (edifício do 1.º CEB da EB de Ponte Pedrinha). Para o exterior dos edifícios escolares, as necessidades foram classificadas de modo idêntico, com exceção da EB do Carandá que, neste caso, apresenta grandes necessidades de reparação.

- **Agrupamento de Escolas Carlos Amarante**

Segundo os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um bom estado geral de conservação (EB Pedralva e ES Carlos Amarante), cinco evidenciam um razoável estado de conservação (EB de Espinho, EB de Sobreposta, EB de Este S. Mamede, JI de Gualtar e EB de Gualtar) e as restantes três apresentam um fraco estado de conservação (JI de Este São Pedro, EB de Este São Pedro e EB nº 1 Gualtar).

Em termos de necessidades de reparação dos edifícios escolares (interior e exterior), quatro escolas apontaram a necessidade de pequenas reparações a nível interior e exterior (EB de Este S. Mamede, JI de Este São Pedro, EB de Pedralva e ES Carlos Amarante), enquanto três indicaram médias reparações (EB de Espinho, EB de Sobreposta e JI de Gualtar) e três assinalaram grandes reparações (EB de Este São Pedro, EB nº 1 Gualtar e EB de Gualtar).

- **Agrupamento de Escolas D. Maria II**

A maioria das escolas foram classificadas como apresentando um razoável estado de conservação (EB do Bairro Económico, EB de Santa Tecla, EB nº 2 de Lamações, EB de Nogueiró, EB de Tenões e JI de Bracara Augusta), enquanto para dois estabelecimentos escolares foi apontado um bom estado (EB de Lamações e ES D. Maria II) e que para a EB S. João do Souto foi indicado um fraco estado geral de conservação.

No que se refere às necessidades de reparação, a generalidade dos estabelecimentos escolares do agrupamento manifestam médias necessidades de reparação, quer ao nível do interior, quer do exterior dos edifícios. Ainda assim, duas escolas apontam pequenas necessidades de reparação (interior e exterior), nomeadamente o JI de Bracara Augusta e a ES D. Maria II. Por outro lado, a EB de São João do Souto indica grandes necessidades de reparação interior e a EB de Santa Tecla identifica a mesma magnitude de necessidades relativamente ao exterior.

- **Agrupamento de Escolas Braga Oeste**

De acordo com as repostas aos inquéritos, o JI de Cabreiros apresenta um fraco estado geral de conservação, enquanto os restantes auferem um estado razoável.

A nível interior, um estabelecimento escolar aponta pequenas necessidades de reparação (EB de Cabreiros), três indicam médias necessidades (edifícios da educação pré-escolar e do 1.º CEB da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste) e um evidencia grandes necessidades (JI de Cabreiros). Quanto ao exterior, duas escolas identificam pequenas necessidades de reparação (edifício da educação pré-escolar da EB de Sequeira e EB de Braga Oeste), uma indica médias necessidades (edifício do 1.ºCEB da EB de Sequeira) e duas apontam grandes necessidades (EB de Cabreiros e JI de Cabreiros).

- **Agrupamento de Escolas de Celeirós**

No que concerne ao estado geral de conservação, os dados indicam um bom estado de conservação para uma das escolas em análise (EB de Escudeiros), um razoável estado de conservação para cinco escolas (EB de Garapôa, EB de Cruz, EB de Guisande, JI de Lamas e EB de Celeirós) e um fraco estado de conservação para uma escola (EB de Figueiredo).

Ao nível do interior dos edifícios escolares, duas escolas evidenciam a necessidade de pequenas reparações (EB de Garapôa e EB de Guisande), enquanto cinco assinalam médias reparações (EB de Cruz, EB de Figueiredo, EB de Escudeiros, JI de Lamas e EB de Celeirós).

Quanto ao exterior, foram assinaladas grandes necessidades de reparação para duas escolas (EB de Figueiredo e JI de Lamas), médias para três escolas (EB de Cruz, EB de Guisande e EB de Celeirós) e pequenas para uma escola (EB de Garapôa). Para a EB de Escudeiros não foi identificada qualquer necessidade de reparação exterior.

- **Agrupamento de Escolas de Maximinos**

Neste agrupamento, duas escolas indicam um fraco estado de conservação (EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos), quatro assinalam um razoável estado de conservação (EB de Estrada, EB da Gandra, EB de Maximinos e EB da Naia) e uma escola aponta um bom estado de conservação (EB de Gondizalves).

As necessidades de reparação do interior dos estabelecimentos escolares são classificadas como pequenas para quatro escolas (EB de Estrada, EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves) e grandes para três escolas (EB da Gandra, EB Frei Caetano Brandão e ES de Maximinos).

Ao nível exterior, há grandes necessidades de reparação em duas escolas (EB da Gandra e ES de Maximinos), médias também em duas escolas (EB de Estrada e EB Frei Caetano Brandão) e pequenas em três escolas (EB de Maximinos, EB da Naia e EB de Gondizalves).

- **Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado**

Ao nível do estado global de conservação das escolas, predomina o estado razoável, sendo este indicado para um total de sete escolas (EB de Merelim S. Paio, JI de Panoias, EB de Ruães, EB de Carrascal, JI de

Mire de Tibães, EB de Panoias e EB de Mosteiro e Cávado). Em contrapartida, para a EB de Padim Graça é indicado um bom estado e para o JI de Padim Graça um fraco estado de conservação geral.

Relativamente ao exterior, prevalecem as médias e grandes necessidades de reparação, pelo que somente o JI de Panoias indica pequenas necessidades. Para o interior, o panorama é mais heterogéneo, com quatro escolas a identificar médias necessidades de reparação (EB de Merelim S. Paio, EB de Ruães, EB de Carrascal e EB de Panoias), três a apontar pequenas necessidades (JI de Panoias, EB de Padim Graça e EB de Mosteiro e Cávado) e duas a indicar grandes necessidades (JI de Mire Tibães e JI de Padim Graça).

- **Agrupamento de Escolas de Real**

Em termos de estado geral de conservação, seis escolas apresentam um bom estado de conservação (JI de Quinta Hortas, EB nº 1 de Real, EB de Frossos, EB de S. Frutuoso, JI de Frossos e EB de Real), duas evidenciam um estado razoável (JI de Parada Tibães e EB da Sé) e uma indica um fraco estado geral de conservação (EB das Parretas).

Quanto às necessidades de reparação exterior e interior identificadas, as seis escolas para as quais foi indicado um bom estado geral de conservação coincidem com as que não apresentam necessidades de reparação ou que apresentam pequenas necessidades. Quanto às restantes escolas do agrupamento, o JI de Parada de Tibães apresenta médias necessidades de reparação do interior e exterior, a EB de Parretas apresenta grandes necessidades de reparação do interior e a EB da Sé apresenta pequenas necessidades de reparação do interior e médias do exterior.

- **Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria**

No que se refere ao estado global de conservação das escolas, predomina claramente o estado razoável, sendo este indicado para um total de dez edifícios escolares. Em contrapartida, para a EB de Arentim é indicado um bom estado e para a EB de Ruilhe e o edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos é atribuído um fraco estado de conservação geral.

Relativamente ao exterior dos edifícios, são seis os estabelecimentos que apontaram médias necessidades de reparação, enquanto três indicaram grandes necessidades e três apontaram pequenas necessidades. Ao nível do interior, o panorama é semelhante, sendo que sete edifícios indicaram médias necessidades de reparação, três apontaram pequenas necessidades e os restantes três identificaram grandes necessidades de reparação.

- **Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches**

De acordo com os resultados dos inquéritos, duas escolas apresentam um fraco estado de conservação (EB das Enguardas e EB de Quinta Veiga), três evidenciam um estado razoável (EB do Bairro Alegria, JI da Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches) e duas apresentam um bom estado (EB de S. Vítor e EB do Bairro da Misericórdia).

Em termos de necessidades de reparação, ao nível do exterior dos edifícios escolares prevalece a classe das grandes necessidades de reparação (três das setes escolas em análise), havendo ainda dois

estabelecimentos escolares que indicam pequenas necessidades e dois que apontam não serem necessárias reparações.

Relativamente ao interior, três escolas indicam pequenas necessidades (EB do Bairro da Misericórdia, JI de Quinta das Fontes e EB Dr. Francisco Sanches), duas indicam médias necessidades (EB de Quinta Veiga e EB do Bairro Alegria) e um aponta grandes necessidades (EB das Enguardas). Para a EB S. Vítor, por sua vez, não são identificadas necessidades de reparação interior.

- **Agrupamento de Escolas Sá de Miranda**

Quatro escolas apresentam um bom estado geral de conservação geral (EB de Bracara Augusta, EB de Pousada, JI de Pomares e ES Sá de Miranda), cinco caracterizam-se por um razoável estado (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe) e quatro apresentam um fraco estado de conservação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa e EB de Palmeira).

Em termos de necessidades de reparação, de um modo geral, há uma maior necessidade de intervenção do exterior dos edifícios, sendo dez as escolas que indicam grandes necessidades de intervenção exterior (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Ortigueira, ambos os edifícios da EB de Dume, EB de Presa, EB de Eira Velha, JI de Adaúfe e JI de Pomares). Quanto às restantes, a EB de Palmeira indica médias necessidades de intervenção, a ES Sá de Miranda aponta pequenas necessidades e a EB de Pousada não identifica necessidades de reparação.

Quanto ao interior, cinco escolas manifestam grandes necessidades de reparação (ambos os edifícios da EB de Dume, EB da Presa, JI de Adaúfe e EB de Palmeira), quatro indicam médias necessidades (EB de Coucinheiro, EB de Bracara Augusta, EB de Eira Velha e JI de Pomares) e três apontam pequenas necessidades (EB de Crespos, EB de Ortigueira e ES Sá de Miranda). Importa ainda referir que a EB de Pousada não identifica qualquer necessidade de reparação interior.

- **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**

O estado geral de conservação da escola é classificado como razoável, sendo identificadas grandes necessidades de reparação no exterior do edifício e médias necessidades de reparação do interior.

SEGURANÇA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

No que subjaz à segurança dos edifícios escolares da rede pública do concelho de Braga, destacam-se os seguintes aspetos, por unidade orgânica:

- **Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio**

Todas as escolas possuem iluminação interior e extintores e a maioria dispõe de sistema de alarme (excetuando o JI de Lomar e a EB de Lomar). Por outro lado, são três os estabelecimentos escolares que não possuem iluminação exterior / recreio (JI de Lomar, EB de Trandeiras e edifício do 1.º CEB da EB de

Esporões) e também três os que não apresentam plano de evacuação (EB de Fraião, JI de Carvalho e EB de Arcos).

As saídas de emergência e o guarda-noturno são elementos de segurança menos comuns no agrupamento, sendo que apenas seis edifícios escolares dispõem do primeiro (EB de Arcos, EB de Morreira, EB de Esporões, EB de Nogueira e ES Alberto Sampaio) e apenas o edifício do JI de Esporões dispõe do segundo.

- **Agrupamento de Escolas André Soares**

A existência de elementos como plano de evacuação, saídas de emergência, iluminação interior, extintores e sistema de alarme, são comuns a todos os edifícios escolares. Por outro lado, apenas na EB do Carandá é identificada a ausência de iluminação exterior.

- **Agrupamento de Escolas Carlos Amarante**

Todos os edifícios dispõem de iluminação interior e extintores e apenas um não dispõe de sistema de alarme e plano de evacuação, designadamente o JI de Este São Pedro.

Por outro lado, nenhum dos dez edifícios dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea e três não apresentam saídas de emergência, assinalando-se nestas circunstâncias o JI de Este São Pedro, a EB n.º1 de Gualtar e a EB de Gualtar. Em termos de iluminação exterior / recreio, são também três os estabelecimentos escolares que não dispõem deste elemento de segurança, a saber: JI de Este São Pedro; JI de Gualtar; e EB n.º1 de Gualtar.

- **Agrupamento de Escolas D. Maria II**

Todas as escolas dispõem de iluminação interior e extintores. Do mesmo modo, a ausência de passagem aérea ou subterrânea e de guarda-noturno são igualmente características transversais a ambos os estabelecimentos escolares.

Por outro lado, são dois os estabelecimentos escolares do agrupamento que não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Santa Tecla e JI de Bracara Augusta) e três os que não dispõem de sistema de alarme (EB de Nogueiró, EB de Tenões e EB de São João do Souto). Refira-se, ainda, que apenas quatro escolas apresentam saídas de emergência (EB de Santa Tecla, EB nº 2 Lamações, EB de Lamações e ES D. Maria II) e somente a ES D. Maria II possui plano de evacuação.

- **Agrupamento de Escolas Braga Oeste**

O sistema de alarme, os extintores, a iluminação interior, as saídas de emergência e o plano de evacuação são mecanismos de segurança comuns a todas as escolas. Em contrapartida, o JI de Cabreiros regista a inexistência de iluminação exterior (do espaço de recreio). Por outro lado, nenhuma das escolas dispõe de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

- **Agrupamento de Escolas de Celeirós**

Todas as escolas dispõem de plano de evacuação, extintores e sistema de alarme. Também comum a todos os estabelecimentos do agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea.

Relativamente aos restantes elementos, há a mencionar a inexistência de iluminação exterior / recreio na EB de Garapôa e a inexistência de saídas de emergência na EB de Figueiredo.

- **Agrupamento de Escolas de Maximinos**

A generalidade dos estabelecimentos escolares dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação. Igualmente transversal a todas as escolas deste agrupamento é a inexistência de guarda-noturno e de passagem aérea ou subterrânea.

- **Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado**

Todas as escolas dispõem de mecanismos de segurança como extintores e iluminação interior. Para além disso, a maioria destes estabelecimentos possui também iluminação exterior / recreio, saídas de emergência e plano de evacuação.

Quanto ao sistema de alarme, são quatro as escolas que não dispõem deste equipamentos de segurança, nomeadamente o JI de Panóias, a EB de Carrascal, o JI de Mire de Tibães e o JI de Padim da Graça.

- **Agrupamento de Escolas de Real**

A generalidade das escolas deste agrupamento dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação exterior / recreio, iluminação interior e plano de evacuação. Igualmente comum às nove escolas é a ausência de guarda-noturno.

Por outro lado, são três as escolas para as quais é identificada a existência de saídas de emergência, nomeadamente para o JI de Quinta das Hortas, a EB de Frossos e a EB de Real. A passagem aérea ou subterrânea, por sua vez, apenas existe na EB n.º 1 de Real.

- **Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria**

A existência de mecanismos de segurança como sistema de alarme, extintores e iluminação interior é comum a todos os estabelecimentos escolares. Em contrapartida, três edifícios não possuem iluminação exterior / recreio (edifício do 1.º CEB da EB de Fradelos, EB de Cunha e EB de Ruilhe), dois não apresentam saídas de emergência (JI de Vilaça Entre Muros e EB de Trigal Santa Maria) e um não dispõe de plano de evacuação (edifício de educação pré-escolar da EB de Tebosa).

- **Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches**

Todas as escolas dispõem de extintores e iluminação interior. Por outro lado, somente a EB do Bairro da Alegria não possui saídas de emergência, enquanto o JI da Quinta das Fontes e a EB do Bairro da Alegria

não apresentam plano de evacuação e as EB de Enguardas e a EB do Bairro da Misericórdia não dispõem de iluminação exterior / recreio.

Quanto ao sistema de alarme, são três as escolas do agrupamento apresentam este equipamento de segurança, nomeadamente a EB do Bairro Alegria, a EB do Bairro da Misericórdia e a EB Dr. Francisco Sanches.

- **Agrupamento de Escolas Sá de Miranda**

Todos os edifícios dispõem de elementos de segurança como extintores, iluminação interior e plano de evacuação. Outra característica comum a todas as escolas desde agrupamento é a inexistência de guarda-noturno ou passagem aérea ou subterrânea.

Por outro lado, dois estabelecimentos não dispõem de saídas de emergência (EB de Pousada e EB de Palmeira), três não apresentam sistema de alarme (EB de Coucinheiro, EB de Presa e JI de Adaúfe) e cinco não possuem iluminação exterior / recreio (EB de Crespos, EB de Coucinheiro, EB de Ortigueira, EB de Eira Velha e JI de Adaúfe).

- **Conservatório de Música Calouste Gulbenkian**

Em termos de mecanismos de segurança do edifício da Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, este dispõe de sistema de alarme, extintores, iluminação (interior e exterior), saídas de emergência e plano de evacuação.

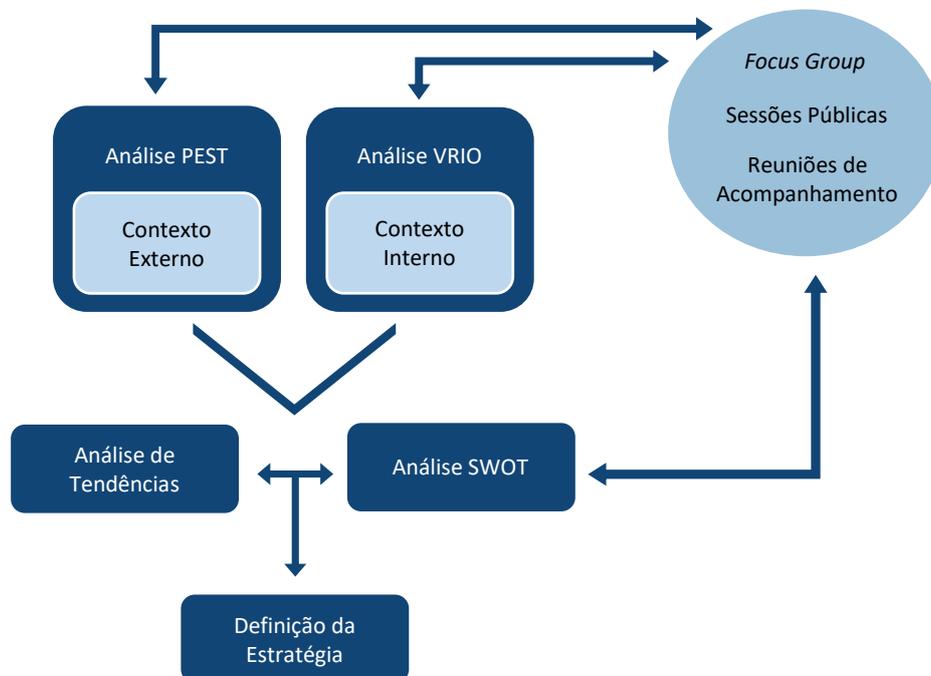
II.4. MATRIZ SWOT E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A definição da estratégia educativa sustenta-se, do ponto de vista metodológico, no diagnóstico realizado, quer o decorrente da recolha de tratamento de um conjunto holístico de dados relativos ao território municipal e respetivas dinâmicas populacional e escolar, quer a resultante da aplicação de ferramentas de diagnóstico (*e.g.* inquéritos aplicadas aos estabelecimentos de educação e ensino), quer a consequente da dinamização de iniciativas de participação e auscultação pública junto de agentes (*stakeholders*) relevantes do território (*e.g.* sessões públicas e sessões de *focus group*).

No sentido de assegurar uma correta e mais profícua re(definição) da estratégia educativa municipal, recorreu-se à aplicação de ferramentas e metodologias especificamente vocacionadas para o planeamento estratégico territorial, tais como as análises PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica) e VRIO (Valor, Raridade, Inimitabilidade e Organização), subjacentes à análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) e de tendências. Na análise PEST são considerados fatores de contexto externo e na análise VRIO fatores de contexto interno, pelo que o recurso a estes métodos, entendidos como complementares, constitui um importante auxiliar aquando do desenvolvimento da análise SWOT (contexto interno e externo) e da análise de tendências.

A aplicação destas ferramentas, para efeitos de sistematização dos principais fatores do diagnóstico e subsequente planeamento estratégico / re(definição) da estratégia educativa municipal foi então complementada e alimentada pela recolha de um conjunto pormenorizado de dados e pelos contributos decorrentes das iniciativas de participação e auscultação dos agentes do território (Figura II.1).

Figura II.1 | Ferramentas e metodologias subjacentes ao diagnóstico



Entre as iniciativas de participação e auscultação dos agentes do território, destacam-se as sessões de *focus group* realizadas no âmbito do processo de atualização da Carta Educativa, as quais assumiram como principal objetivo a sustentação de “*um diagnóstico devidamente abrangente e que considere as diferentes perspetivas dos principais agentes relevantes ao nível do planeamento educativo do concelho de Braga*”. Em termos específicos, estas sessões tinham ainda associados os seguintes objetivos e *outputs* esperados:

- Recolha de contributos para a atualização do diagnóstico;
- Brainstorming de fatores relevantes a considerar no diagnóstico;
- Identificação e priorização de fatores;
- Identificação de oportunidades e ameaças;
- Identificação de forças de mudança e tendências;
- Priorização de tendências em termos de relevância e impacto.

Note-se que a preparação e dinamização das sessões foi conduzida no sentido de dar resposta aos objetivos e *outputs* esperados, e simultaneamente, promovendo a partilha e discussão entre os principais agentes locais e regionais envolvidos no sistema educativo, sobre as questões fundamentais a considerar na Carta Educativa de Braga.

Entre os agentes envolvidos nas oito sessões realizadas, para além da Câmara Municipal de Braga (equipa de educação e outras equipas), referem-se os profissionais de educação e ensino (Agrupamentos de Escolas, Escolas não Agrupadas, Escolas Profissionais, Escolas Privadas e IPSS com ofertas educativas), os agentes locais / parceiros sociais, a Comissão da Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, num total de 96 participantes.

Como resultado da participação dos diversos intervenientes nas sessões foi possível identificar um conjunto de fatores primordiais de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências (Quadro II.1).

Quadro II.1 | Fatores de diagnóstico, oportunidades, ameaças, fatores de mudança e tendências identificadas através das sessões de *Focus Group***Fatores de diagnóstico**

- População e demografia
- Fluxos trabalho-casa das famílias
- Parque escolar
- Dinâmica escolar
- Transportes
- Recursos humanos

Oportunidades

- Reflexão e emergência de um novo conceito de escola e de aluno (âmbito internacional e nacional)
- Maior sensibilização para o papel das atividades não letivas na formação das crianças e jovens
- Presença no território de agentes e instituições de I&D
- Equipamentos e outros recursos municipais disponíveis

Ameaças

- Evolução demográfica desfavorável
- Concorrência de escolas fora do concelho, mas próximas das freguesias limítrofes
- Ausência de motivação generalizada dos intervenientes do sistema educativo
- Reformas nacionais na educação

Fatores de mudança

- Demografia
- Necessidades das famílias
- Conceito de escola e de educação
- Reconhecimento da importância da aprendizagem não letiva
- Perfil dos alunos
- Tecnologias

Tendências

- Diminuição do número de alunos
- Centralização da procura nas freguesias mais 'centrais'
- Multiculturalidade do contexto concelhio
- Maior exigência por parte das famílias

Tal como apresentado anteriormente, a diminuição do número de alunos, a centralização da procura, a multiculturalidade do contexto local e o maior grau de exigência por parte das famílias, foram apontadas como as principais tendências a que a Carta Educativa deve estar atenta, não tanto em sede de processo de revisão e elaboração do documento de suporte, mas enquanto processo de partilha e reflexão, reforçando assim a necessidade de este ser um processo continuado no tempo, e dotado de mecanismos e ferramentas que permitam a correta aferição das alterações de contexto.

Não obstante os resultados decorrentes dos contributos dos agentes do território, na sequência do diagnóstico realizado, e tendo por base os respetivos resultados, importa proceder ao desenvolvimento de um exercício de reformulação da matriz SWOT definida na CE de 1.ª geração, à luz das dinâmicas de evolução educativa. Com efeito, num primeiro momento, a reformulação centra-se apenas nos aspetos negativos que respeitam à rede educativa do concelho, procurando aferir-se, para a globalidade das

fragilidades identificadas em sede da Carta Educativa de 1.ª geração, a evolução e as eventuais melhorias das condições de partida (Quadro II.2).

Quadro II.2 | Situação atual das fragilidades identificadas na CE de 1.ª geração

Fragilidades	Situação atual
<ul style="list-style-type: none"> Um parque escolar, ao nível do EB1, muito antigo com grandes entraves arquitetónicos e espaciais que dificultam/inviabilizam as intervenções para corrigir as falhas; 	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da implementação das propostas preconizadas na CE de 1.ª geração, foram encerrados um número significativo de estabelecimentos escolares, decisão justificada quer pela perda do número de alunos, quer pela impossibilidade, do ponto de vista estrutural, de se procederem a obras de requalificação. Não obstante, permanecem atualmente algumas fragilidades infraestruturais na rede escolar no 1.º CEB, que se pretendem colmatar com as propostas a enquadrar na atualização da Carta Educativa de Braga.
<ul style="list-style-type: none"> Uma vasta rede de escolas a funcionar, mas que necessitariam de obras de remodelação, ampliação e/ou requalificação urgentes; 	<ul style="list-style-type: none"> No contexto da implementação das propostas preconizadas na CE de 1.ª geração, foi intervencionado um número significativo de escolas da rede escolar pública. Todavia, permanecem algumas carências infraestruturais em algumas escolas, nomeadamente casos em que o número de salas no 1.º CEB é inferior ao número de anos de escolaridade deste ciclo (quatro), resultando em situações de turmas mistas, com alunos de diferentes anos de escolaridade.
<ul style="list-style-type: none"> Escolas do 1º ciclo do ensino básico da cidade sobrelotadas e com poucas condições para pôr em prática as atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário; 	<ul style="list-style-type: none"> Continua a verificar-se uma tendência de centralização da procura da rede escolar municipal, em certa medida associada aos fluxos casa-trabalho das famílias. Ainda que as escolas da cidade tendam a apresentar taxas de ocupação significativamente superior, quando comparadas com a das escolas das freguesias mais periféricas, observam-se situações próximas da saturação dos espaços escolares, mas não se registam atualmente situações de sobrelotação. Quanto às atividades de enriquecimento curricular e de prolongamento de horário, este serviço é atualmente assegurado pela generalidade das escolas do 1.º CEB.
<ul style="list-style-type: none"> Disparidades entre vários pontos do concelho a nível de quantidade e qualidade de equipamentos, e espaços de apoio educativo; 	<ul style="list-style-type: none"> Atualmente, as disparidades entre os vários pontos do concelho a nível da quantidade e qualidade de equipamentos e espaços de apoio educativo não são tão marcadas, ainda que persistam algumas assimetrias a este nível, sendo estas decorrentes, em certa medida, de alguma heterogeneidade nas condições físicas estruturais oferecidas pelas diferentes escolas do concelho.
<ul style="list-style-type: none"> Escolas da cidade sobrelotadas em quase todos os níveis de ensino; 	<ul style="list-style-type: none"> A dinâmica escolar sofreu uma marcada alteração nos últimos anos, traduzida pela perda acentuada e generalizada do número de alunos. Com efeito, e apesar da permanência da tendência de centralização da procura da rede escolar, o fenómeno de sobrelotação das escolas da cidade já não assume os contornos gravosos de outrora. De facto, apesar de se registarem taxas de ocupação superiores nas escolas da cidade, com situações próximas da suturação, não se observam atualmente situações de sobrelotação dos espaços escolares. Importa, no entanto, desenvolver esforços no sentido de contrariar as assimetrias em termos de procura e das condições físicas e estruturais das escolas.

Fragilidades	Situação atual
<ul style="list-style-type: none"> Reduzido número de escolas profissionais e reduzida capacidade dessas mesmas escolas; 	<ul style="list-style-type: none"> A oferta do ensino profissional no concelho de Braga aumentou no período de vigência da Carta Educativa de 1.ª geração. Para além de assegurado pelas quatro Escolas Profissionais existentes (Escola Europeia de Ensino Profissional, Escola Profissional de Braga, Escola Profissional Profitecla e Esprominho - Escola Profissional do Minho, esta vertente de ensino é também assegurada pelas escolas da rede pública que ministram o ensino secundário regular, nomeadamente a ES Alberto Sampaio, ES Carlos Amarante, ES D. Maria II, ES de Maximinos e ES Sá de Miranda. Para além disso, na rede privada, esta vertente é ainda assegurada pelo Externato “Infante D. Henrique”. Atualmente a fragilidade não residirá propriamente no número de escolas ou respetiva capacidade, mas na necessidade de diversificação, articulação e adequação da oferta do ensino profissionalizante às necessidades das entidades empregadoras e também das famílias.
<ul style="list-style-type: none"> Pouca divulgação, por parte dos centros de formação e das escolas profissionais da sua oferta formativa, junto da população geral; 	<ul style="list-style-type: none"> De um modo geral, atualmente, a informação acerca da oferta formativa das escolas que ministram o ensino profissional chegará mais facilmente junto da população, mediante a diversificação dos canais de comunicação e divulgação. A informação encontra-se, em geral, disponível nas páginas web das Escolas Profissionais / Agrupamentos de Escola, para além de serem promovidas ações de divulgação antes do período de matrículas. O facto da oferta formativa dos cursos profissionais se encontrar prevista para os diferentes estabelecimentos escolares e por ciclos de formação possibilita um planeamento e divulgação atempada, ainda que o facto de a oferta depender da decisão da ANQEP acarrete alguns constrangimentos em termos da possibilidade de articulação e diversificação da oferta entre as diferentes escolas.
<ul style="list-style-type: none"> Uma taxa de insucesso escolar com algum peso, já que a rondar os 5%; 	<ul style="list-style-type: none"> A taxa de retenção (insucesso) e desistência escolar evidencia um assinalável decréscimo no período entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 quer no contexto local, quer regional e nacional. Não obstante, é no concelho de Braga que se registam sempre as taxas inferiores, comparativamente com as unidades territoriais em que se encontra inserido. Esta taxa apresenta, em termos evolutivos, uma variação entre os 8,1% referentes ao ano letivo 2006-2007 e os 3,5% correspondentes ao ano 2015-2016.
<ul style="list-style-type: none"> Níveis de abandono escolar que, apesar de serem baixos (valor médio 0,4%), são preocupantes uma vez que acontecem no ensino básico obrigatório; 	<ul style="list-style-type: none"> Embora no espaço intercensitário 2001-2011 se tenha vindo a assistir ao decréscimo do abandono escolar no ensino básico, o valor de 2011 continua a evidenciar-se, especialmente se interpretado à luz da obrigatoriedade de estudos de 12 anos.
<ul style="list-style-type: none"> Valores elevados de saída antecipada (21%) e de saída precoce (41%) do sistema educativo, motivados em grande parte pelo insucesso escolar registado; 	<ul style="list-style-type: none"> A taxa de retenção (insucesso) e desistência escolar evidencia um assinalável decréscimo no período entre os anos letivos 2006-2007 e 2015-2016 quer no contexto local, quer regional e nacional. Não obstante, é no concelho de Braga que se registam sempre as taxas inferiores, comparativamente com as unidades territoriais em que se encontra inserido.

Fragilidades	Situação atual
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Mobilidade muito acentuada do corpo docente, o que dificulta a continuidade dos projetos curriculares; 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Em termos globais, observa-se uma tendência de aumento do número de docentes do quadro da Escola e/ou do Agrupamentos entre 2006-2007 e 2017-2018, indiciando um atenuação em termos de mobilidade do corpo docente, com perspetivas positivas em termos de oportunidade de continuidade dos projetos curriculares; ◦ A problemática da mobilidade dos recursos humanos assume maior expressividade atualmente ao nível dos profissionais não docentes, bem como dos recursos especializados afetos às atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família.
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Uma população com um nível de escolaridade muito baixo, possuindo a maior parte apenas o 1.º ou 2.º ciclos do ensino básico, e mantendo-se uma taxa de analfabetismo preocupante. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ A taxa de analfabetismo no concelho de Braga decresceu significativamente no período intercensitário. Em 2011, a taxa de analfabetismo era de 3,35%, valor percentual substancialmente inferior ao verificado nas NUT III – Cávado (4,49%), NUT II – Norte (5,00%) e NUT I – Continente (5,19%). Por outro lado, quando comparado com as unidades territoriais onde se encontra inserido, é no concelho de Braga que se verifica uma menor preponderância dos níveis de instrução mais baixos e as maiores proporções de população residente com o ensino superior completo (16,10%). <p>O concelho regista um nível de instrução superior ao regional e ao nacional, ainda que a população sem nenhum nível de instrução completo ou cujo nível mais elevado completo corresponde ao 1.º ciclo do ensino básico se afigure ainda significativa.</p>

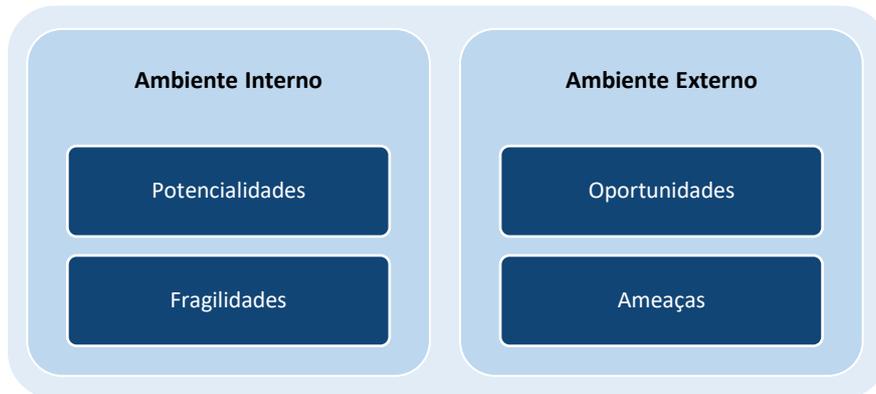
Fonte: Carta Educativa de Braga, Município de Braga (2016).

Depois de analisadas do ponto de vista comparativo / evolutivo as fragilidades identificadas aquando da elaboração da Carta Educativa de 1.ª geração, face à atual realidade do território concelhio, importa proceder à reformulação da análise SWOT à luz das atuais dinâmicas populacional e escolar do município. Com efeito, são desenvolvidas duas análises individualizadas, uma correspondendo a uma matriz de cariz genérico (Quadro II.3) e uma outra consistindo numa matriz especificamente incidente no sistema de educação e ensino e dinâmicas diretamente relacionadas (Quadro II.4).

Note-se que a análise SWOT é uma ferramenta analítica que visa a sistematização de uma base coerente e estruturada de um conjunto de realidades organizadas sob a forma de “oportunidades e ameaças”, “potencialidades e fragilidades”, sendo frequentemente utilizada na realização de diagnósticos e na avaliação de potenciais. A sigla SWOT deriva do inglês e representa as iniciais das palavras *Strengths* (potencialidades), *Weaknesses* (fragilidades), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Conforme representado na Figura II.2, este tipo de análise combina duas escalas de análise essenciais:

- A **componente endógena do desenvolvimento** (ambiente interno), traduzida em potencialidades (valores próprios positivos do território que contribuem para sua distinção) que deverão ser fomentadas, e fragilidades (valores próprios negativos que determinam a degradação do território) que deverão ser minimizadas.
- O **contexto territorial externo** (ambiente externo), que se divide entre oportunidades (fatores externos que poderão potenciar as características próprias do território) que deverão ser aproveitadas, e ameaças (fatores externos que poderão contribuir para a desagregação e a degradação da integridade e dos valores existentes) que deverão ser contrariadas.

Figura II.2 | Escalas de análise subjacentes à matriz SWOT



Quadro II.3 | Matriz SWOT – Genérico

Ambiente Interno	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Níveis de qualificação de população residente e ativa superiores à média regional e nacional; ◦ Saldo natural positivo, com o número de nascimentos a superar o número de óbitos; ◦ Taxa de natalidade superior à verificada a nível regional e nacional; ◦ Taxa de mortalidade inferior à verificada a nível regional e nacional; ◦ Tendência para o aumento populacional, representativa do carácter polarizador do concelho; ◦ Preponderância da população jovem relativamente à população idosa, com um índice de envelhecimento inferior ao regional e nacional; ◦ Forte visibilidade e capacidade atrativa da cidade de Braga em matéria de oferta de serviços, eventos e oferta cultural; ◦ Forte dinâmica de práticas artísticas e criativas de base urbana e participação de segmentos jovens da população nessa dinamização; ◦ Elevado potencial turístico, nomeadamente pela relevância do património religioso; ◦ Diversidade arquitetónica e arqueológica; ◦ Centro histórico relativamente bem conservado e dotado de boas infraestruturas; ◦ Setor terciário preponderante na cidade; ◦ Predomínio das deslocações intraconcelhias sobre as deslocações interconcelhias nos movimentos pendulares; ◦ Boa taxa de cobertura da rede de transportes públicos da TUB e respetiva articulação com a rede de equipamentos; ◦ Boa taxa de cobertura de equipamentos, infraestruturas e rede viária; ◦ Elevada concentração de equipamentos, instituições e empresas; ◦ Aumento do parque habitacional (alojamentos) concelhio; ◦ Posição geoestratégica do concelho de Braga, como ponto central de núcleos turísticos (Guimarães, Gerês, praias), possibilitando a atração de uma maior quantidade de indivíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Decréscimo do setor primário e estagnação do setor secundário, com a retração da competitividade, desenvolvimento e investimento no concelho; ◦ Tendência para o aumento do desemprego no período intercensitário; ◦ Dificuldade acrescida de integração das classes etárias mais jovens (até aos 30 anos) no mercado de trabalho; ◦ Diminuição da taxa de natalidade, provocando a redução das classes etárias mais jovens; ◦ Tendência para o envelhecimento populacional, traduzido pelo aumento da população idosa; ◦ Necessidade de migração de algumas famílias para outras freguesias por falta de recursos para investir na freguesia de origem; ◦ Estado de abandono de alguns equipamentos, nomeadamente educativos; ◦ Défice de estacionamento de apoio a equipamentos, designadamente educativos; ◦ Défice de espaços verdes de apoio residencial; ◦ Dispersão de equipamentos em relação aos espaços centrais dos aglomerados mais periféricos; ◦ Perfil de intensidade tecnológica inferior ao da Região evidenciando ainda fraco impacto territorial do ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho, com predomínio dos fatores de competitividade “recursos naturais” e “mão-de-obra”; ◦ Incipiente estágio de cooperação entre municípios para a conceção e implementação de projetos e estratégias intermunicipais; ◦ Subaproveitamento da rede de equipamentos municipais e das respetivas áreas de influência; ◦ Forte prevalência do automóvel ligeiro como meio de transporte utilizado nos movimentos pendulares da população residente; ◦ Existência de pontos críticos e de congestionamento de tráfego junto a alguns equipamentos, nomeadamente escolas.

Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">◦ Posicionamento geoestratégico do Concelho no Norte de Portugal;◦ Posicionamento estratégico favorável para promover a mediação nas políticas sectoriais de âmbito intermunicipal;◦ Ecossistema de inovação organizado em torno da Universidade do Minho;◦ Presença no território de agentes e instituições de I&D, nomeadamente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias, com potencial de crescimento orgânico e de atração de empresas ao território;◦ Aumento da cooperação, transferência e circulação de conhecimento entre Instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e o setor empresarial;◦ Possibilidade de articulação de políticas e estratégias e de estabelecimento de sinergias ao nível da Quadriângulo e CIM Cávado;◦ Incremento da coordenação entre políticas sectoriais e territoriais, envolvendo os níveis de decisão locais e centrais;◦ Eventos relacionados com a Semana Santa conferem uma atração nacional e ibérica, bem como os eventos relacionados com a Braga Romana;◦ Crescente aposta nacional e regional do setor do turismo.◦ Rede de equipamentos existentes em bom estado de conservação e disponíveis para usufruto da população;◦ Possibilidade de reconversão de alguns equipamentos inativos;◦ Potencial de aposta e afirmação de uma estrutura intermodal de circulação;◦ Atual Quadro de Apoio Comunitário 2014-2020.	<ul style="list-style-type: none">◦ Evolução demográfica desfavorável, com a intensificação do envelhecimento populacional quer em termos regionais, quer nacionais;◦ Concentração da população no centro da cidade e fenómenos de desertificação nas freguesias mais periféricas;◦ Vulnerabilidade a efeitos locais das alterações climáticas;◦ Desequilíbrios de dotação de equipamentos com eventuais repercussões na coesão territorial;◦ Crise económica a nível nacional e internacional e consequente falta de investimento público e privado;◦ Tendência para níveis de qualificação do emprego inferiores aos da população residente, com a absorção pelo emprego a ficar aquém da melhoria observada das qualificações;◦ Tendência de emigração de recursos humanos habilitados para o estrangeiro e para outros concelhos;◦ Proximidade ao grande polo de atração representado pela cidade do Porto.

Quadro II.4 | Matriz SWOT – Sistema de Educação e Ensino

Ambiente Interno	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Níveis de qualificação de população superiores à média regional e nacional; ◦ Taxa de analfabetismo significativamente inferior à regional e nacional; ◦ Existência de uma rede escolar municipal que assegura os diferentes níveis, da educação pré-escolar ao ensino superior; ◦ Existência de uma rede de escolas com oferta da vertente do ensino profissionalizante; ◦ Existência de uma escola da rede pública com oferta do ensino artístico, nomeadamente a Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian; ◦ Existência de estabelecimentos de ensino superior de relevância internacional; ◦ Presença no território de agentes e instituições de I&D, nomeadamente do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias ◦ Articulação da sequencialidade pedagógica entre os diferentes níveis ministrados, mediante a existência de um conjunto de agrupamentos de escolas; ◦ Generalização dos serviços de prolongamento de horário e atividades no âmbito das componentes de apoio à família; ◦ Apreciável progressão das taxas de pré-escolarização e de escolarização; ◦ Evolução favorável da taxa de retenção e desistência, com valores inferiores aos verificados no contexto regional e nacional; ◦ Decréscimo das taxas de abandono escolar no ensino básico no período intercensitário; ◦ Investimento contínuo na melhoria das infraestruturas escolares e nas condições promotoras de sucesso educativo; ◦ Envolvimento por parte do município em atividades e projetos de apoio social e à educação; ◦ Boa taxa de cobertura da rede de transportes públicos da TUB e respetiva articulação com a rede de equipamentos escolares; ◦ Existência de uma vasta rede de equipamentos de apoio à educação e ensino no território concelhio (equipamentos desportivos, culturais e de lazer). 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Quebra generalizada do número de alunos nos vários níveis de educação e ensino, particularmente na rede escolar pública; ◦ Existência de turmas mistas, com mais do que um ano de escolaridade; ◦ Permanência de algumas assimetrias territoriais ao nível da quantidade e qualidade de equipamentos e espaços destinados a atividades de prolongamento de horário e da componente de apoio à família; ◦ Heterogeneidade nas condições físicas estruturais oferecidas pelas escolas do concelho, subsistindo algumas necessidades de requalificação dos espaços escolares, dotação com espaços adequados à prática desportiva, melhoria dos mecanismo de eficiência energética e de climatização; ◦ Parque informático das escolas em estado generalizado de desatualização; ◦ Subsistência de situações de escolas que não dispõem de cobertura por rede <i>wireless</i>; ◦ Tendência para a centralização da procura dos estabelecimentos escolares, por influência de fatores diversos como a oferta de emprego, os movimentos pendulares dos pais, e a rede de creches, conduzindo a uma acrescida quebra do número de frequências nas escolas das freguesias mais periféricas; ◦ Existência de situações de subaproveitamento dos espaços escolares, principalmente nas freguesias mais periféricas; ◦ Assimetrias na gestão de contratos de concessão de prestação de serviços de fornecimento de refeições entre as diferentes escolas e agrupamentos; ◦ Ausência de respostas para os alunos com deficiência, após o término dos seus estudos; ◦ Reduzido número de Unidades de Apoio Especializado face às necessidades, encontrando-se as unidades existentes no limiar da capacidade e com carência de recursos humanos; ◦ Insuficiente oferta de transporte para os alunos com multideficiência; ◦ Elevada mobilidade e carência de qualificação adequada do pessoal não docente; ◦ Formação insuficiente e/ou inadequada dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais.

Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ◦ Reflexão e emergência de um novo conceito de escola (espaço multivivências) e de aluno, no âmbito internacional e nacional; ◦ Aumento de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades, e consequente aumento da multiculturalidade no meio escolar; ◦ Maior sensibilização para o papel das atividades não letivas na formação das crianças e jovens; ◦ Aposta europeia e nacional na qualificação de jovens e adultos; ◦ Tendência para que as camadas mais jovens atinjam níveis de escolarização mais elevados; ◦ Crescimento da escolarização em virtude do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos; ◦ Estabelecimento da universalidade da educação pré-escolar para crianças a partir dos quatro anos de idade; ◦ Estímulo ao desenvolvimento de projetos integrados de combate ao abandono e ao insucesso escolar; ◦ Valorização do ensino profissionalizante como uma via alternativa a privilegiar pelo poder central; ◦ Replicação, alargamento e fomento de projetos conjuntos entre escolas, estabelecimentos de ensino superior e empresas do território; ◦ Vasta área de influência de alguns estabelecimentos de ensino municipais, com ofertas de excelência e/ou diferenciadas; ◦ Estabelecimento de sinergias com um conjunto de parceiros sociais relevantes (e.g. ciência, ambiente, I&D, cultura, desporto, saúde, cidadania, voluntariado, etc); ◦ Articulação da Carta Educativa e do Projeto Educativo Municipal como instrumentos estratégicos agregadores e orientadores da política e da ação educativa municipal; ◦ Existência de uma vasta rede de equipamentos e outros recursos municipais, passíveis de articulação da respetiva utilização para o apoio às atividades escolares; ◦ Desenvolvimento de um sistema de certificação concelhio focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas (certificação da qualidade do ensino). 	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Evolução demográfica desfavorável, traduzida pela perda de efetivos em idade escolar; ◦ Absorção de alunos pelas escolas de outros concelhos, nomeadamente nas freguesias limítrofes; ◦ Ausência de motivação generalizada dos intervenientes do sistema educativo; ◦ Recorrentes reformas nacionais na educação (e.g. política de organização do sistema educativo); ◦ Tendência de agravamento da dificuldade de integração das classes etárias mais jovens (até aos 30 anos) no mercado de trabalho; ◦ Relação de dependência da oferta formativa do ensino profissionalizante do concelho relativamente à seleção e decisão da ANQEP; ◦ Carência de articulação e cooperação entre as várias entidades de formação, ao nível da oferta formativa, conduzindo à criação de percursos idênticos, à saturação do mercado de trabalho e ao subsequente défice na absorção dos formandos; ◦ Carência de cooperação intermunicipal em termos de programas e políticas educativas; ◦ Crise económica/financeira nacional com repercussões nos financiamentos para a qualificação e modernização do parque escolar.

II.5. DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA EDUCATIVA

A re(definição) da estratégia educativa municipal tem como principal propósito proporcionar ao Município o apoio à decisão estratégica de uma forma fundamentada, assente numa gestão eficaz dos recursos educativos, assim como promover uma intervenção municipal mais eficaz e eficiente sobre os desvios ou fragilidades detetadas no contexto escolar. Este propósito é consonante como o compromisso assumido pela autarquia para a promoção de um ensino de qualidade, do sucesso dos alunos e da melhoria da vida dos cidadãos.

Definir a estratégia educativa municipal implica definir formas de atuação que promovam o envolvimento e o comprometimento de todos, numa ação coesa, colaborativa e integradora, passível de colmatar as fragilidades e valorizar as potencialidades anteriormente identificadas.

Como em qualquer processo de planeamento estratégico, a definição da estratégia educativa da Braga sustenta-se, do ponto de vista metodológico, no diagnóstico realizado, dentro do qual assumem particular relevância das iniciativas de participação e auscultação pública, na medida em que permitiram ter uma perceção de conjunto e reunir um grupo alargado de agentes do território com ligação privilegiada à temática em apreço. As principais conclusões e resultados do diagnóstico encontram-se sistematizadas e materializadas sob a forma de matrizes SWOT, conforme apresentado no ponto anterior, que representam um elemento fundamental de suporte à definição da estratégia educativa.

Partindo dos principais fatores de diagnóstico e das principais tendências identificadas do decurso do trabalho de diagnóstico e de realização das sessões de *focus group*, importa proceder ao estabelecimento de níveis de priorização, mediante a ponderação dos vários contributos dos intervenientes e a respetiva sistematização e agrupamento pelos fatores de diagnóstico e tendências apresentados no ponto anterior. Com efeito, face à ênfase e aos níveis de repetição associados a cada um dos fatores e tendências identificados, podem considerar-se os seguintes níveis de priorização apresentados na Figura II.3.

Figura II.3 | Níveis de priorização dos fatores de diagnóstico e das tendências identificadas



Esta priorização evidencia a existência de três fatores de diagnóstico primordiais, nomeadamente o parque escolar, os transportes e a demografia. Complementarmente, são três as tendências que deverão

estar no cerne da definição da estratégia educativa municipal, nomeadamente a centralização da procura, a diminuição do número de alunos e a alteração do perfil dos alunos (e do conceito de escola).

Os contributos decorrentes das sessões de *focus group* realizadas no âmbito dos trabalhos de atualização da Carta Educativa de Braga, para além da identificação e priorização de fatores de diagnóstico e de tendências, permitiram ainda a identificação das principais questões subjacentes aos comentários dos diferentes participantes. Estas questões foram devidamente analisadas, ponderadas e agrupadas de acordo com a sua natureza material ou imaterial, estrutural ou conjuntural. Esta *clusterização* dos resultados providenciou uma análise mais sistemática e crítica das questões, facilitando a identificação de alternativas de resposta que poderão ou não vir a integrar a Carta Educativa, consoante o seu âmbito extravase ou não o âmbito deste instrumento de planeamento.

Ainda que relativamente ambígua e subjetiva, a classificação efetuada atendeu à natureza intrínseca das questões, procurando, nos casos em que a mesma questão poderia ser duplamente classificada (como simultaneamente material e imaterial, ou estrutural e conjuntural, dependendo da perspetiva de análise e do contexto considerado), atribuir a classificação mais preponderante ou que melhor se considera traduzir a intenção dos participantes nas sessões. O produto desta análise é apresentado no Quadro II.5, onde consta, para além da identificação dos comentários e das questões a responder (contributos das sessões de *focus group*), uma avaliação em termos de priorização, em função dos resultados e conclusões decorrentes do diagnóstico socioeducativo (contexto demográfico, contexto educativo e sistema de ensino local).

A supracitada matriz constitui uma ferramenta fundamental à definição da estratégia educativa local, nomeadamente no que respeita às suas linhas estratégicas (objetivos), bem como à sustentação de propostas específicas de programação da Carta Educativa.

Quadro II.5 | Matriz de sistematização das questões subjacentes aos comentários/contributos decorrentes das sessões de *focus group* e respetiva priorização em função dos resultados do diagnóstico socioeducativo

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de elaborar planos municipais com uma visão/ estratégia de longo prazo que possa minimizar os impactos das alterações introduzidas pelo Ministério da Educação.	Visão estratégica de longo prazo. Articulação entre Estratégias Locais.	++	Aos planos municipais subjaz uma visão estratégica de médio / longo prazo. No entanto, atendendo à volatilidade da realidade socioeconómica, importa destacar que é na monitorização da respetiva implementação que reside a oportunidade de identificação atempada de eventuais alterações (normativas ou de realidade local), passível de sustentar a adoção de medidas e ações adaptativas.
Articulação entre a Carta Educativa e o Projeto Educativo Municipal.	Articulação entre políticas e projetos municipais.	++	Sendo a Carta Educativa um instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos, de acordo com ofertas educativas e formativas existentes e por satisfazer no concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, e o Plano Estratégico Educativo Municipal um instrumento vinculativo das políticas educativas municipais, ambos deverão estar compatibilizados naquilo que são as estratégias, linhas orientadoras e metas preconizadas.
A Carta Educativa como documento prático e operacional e processo contínuo e participado.	Monitorização da Carta Educativa. Participação dos agentes locais.	++	A Carta Educativa deverá, desde a sua génese, procurar reunir os principais agentes educativos locais numa ação colaborativa, coesa e integradora, em prol de uma estratégia educativa comum, em que toda a comunidade educativa se reveja. Aquando da implementação, é fundamental que seja assegurada uma monitorização contínua dos principais indicadores de dinâmica escolar e de sucesso educativo, permitindo a identificação atempada de eventuais alterações evolutivas e a adoção de medidas de reajuste.
Necessidade de atualização da Carta Educativa em vigor.	Atualização da Carta Educativa.	++	A Carta Educativa de 1.ª geração encontra-se desajustada à realidade atual do concelho de Braga. A dinâmica da evolução nos últimos anos, quer ao nível demográfico e socioeconómico, quer ao nível da própria política do sistema educativo e do desenvolvimento local, impõe necessidades de ajustamento deste instrumento de planeamento e ordenamento da rede educativa à conjuntura e mudanças ocorridas.
Oportunidade de realização de levantamento socioeconómico e demográfico do concelho.	Retrato Social, Económico e Demográfico concelhio atualizado.	+	O diagnóstico da atual realidade socioeconómica e demográfica do concelho representa um aspeto significativo ao estabelecimento da situação de referência, permitindo aferir acerca das oportunidades e ameaças que se colocam ao território, nomeadamente em termos educativos.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de monitorização da Carta Educativa com vista à possibilidade de adaptação às alterações de contexto que possam influenciar as ações e/ou objetivos previstos na Carta.	Monitorização da Carta Educativa.	++	A monitorização da Carta Educativa é um processo indispensável para a gestão do sistema educativo do concelho, permitindo conhecer a realidade educativo-social na sua evolução e proceder aos ajustamentos que a cada momento se revelem necessários.
Conselho Municipal de Educação com desempenho positivo mas com necessidade de maior intervenção.	Operacionalidade do Conselho Municipal de Educação. Participação ativa na gestão da Estratégia da Carta Educativa.	+	No sentido da Carta Educativa representar, efetivamente, um processo participado, contínuo e comum a toda a comunidade escolar, bem como maximizar os respetivos resultados e benefícios, é imprescindível que o modelo de governança deste instrumento seja melhorado e adequado à realidade local. É fundamental garantir que todos os agentes educativos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados na tomada de decisão.
Existência de articulação e projetos conjuntos (embora em situações relativamente pontuais) entre as escolas e a Universidade do Minho, assim como entre as escolas e as empresas do concelho. Possibilidade/ necessidade de replicação e maior abrangência.	Articulação entre agentes.	+	O estabelecimento de sinergias, a capitalização de resultados, a articulação e o trabalho em rede são aspetos importantes na garantia da qualidade educativa e do sucesso educativo no concelho. De modo a possibilitar a replicação e a maximização de projetos e ações bem-sucedidas, é fulcral garantir que todos os agentes educativos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados na tomada de decisão.
Desenvolvimento de sistema de certificação concelhio focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas.	Valorização da inovação, articulação e pertinência dos projetos educativos escolares para a afirmação da Carta Educativa e para a maior qualidade do sistema educativo do concelho.	+	O sistema de certificação, focado no desenvolvimento do Projeto Educativo das escolas, poderá representar um instrumento orientador, passível de garantir a homogeneidade em termos de parâmetros e indicadores de qualidade do sucesso educativo e formativo da rede escolar local, constituindo-se como um mecanismo para a identificação de boas práticas e oportunidades de melhoria. Poderá ainda ser relevante na operacionalização do processo de monitorização da Carta Educativa de Braga.
Carta Educativa deve traduzir as especificidades do concelho, deve afirmar-se como um processo estratégico e estruturante.	Carta Educativa como documento estratégico, estruturante e tradutor das especificidades do concelho. Diferenciação da Estratégia para a Educação.	++	A estratégia educativa local, preconizada na Carta Educativa, deverá procurar atender e responder às especificidades do concelho, substanciadas numa visão estratégica unificadora, em prol da equidade no acesso à educação, da construção de uma escola inclusiva, da integração e cooperação entre toda a comunidade educativa, do apoio ao aluno, ao educador e ao encarregado de educação e da criação de uma consciência e pertença à comunidade.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Oportunidade para a dinamização de agenda articulada.	Articulação entre agentes. Sinergia de esforços. Organização, eficiência e eficácia dos eventos realizados.	++	Há uma oportunidade de dinamização de uma agenda articulada de eventos com as escolas, tendo em conta que grande parte destes eventos são promovidos ou copromovidos pelo município de Braga. A existência de uma agenda articulada entre os vários agentes educativos possibilita o desenvolvimento de projetos educativos mais abrangentes, enraizados na cultura e nos atores locais e mais direcionados para os objetivos da estratégia educativa do concelho. Na dinamização desta agenda articulada deverão ser considerados os fatores críticos associados à participação da comunidade escolar, tal como a garantia da acessibilidade (transporte).
Criação de plataforma de divulgação de eventos (agenda articulada) promovidos pela CMB.	Comunicação e divulgação. Articulação entre agentes.	++	Identificada a necessidade e oportunidade de dinamização de uma agenda articulada de eventos de índole educativa, importa criar os adequados mecanismos de informação, divulgação e partilha, de modo a garantir a efetiva articulação entre os vários agentes educativos.
Melhorar as condições físicas de algumas escolas, nomeadamente aquelas que não têm recreios cobertos, espaços apropriados para a prática desportiva e saneamento, bem como melhorar os mecanismos de eficiência energética e climatização.	Qualificar o parque escolar em matéria de condições físicas e infraestruturais.	++	Alguns estabelecimentos escolares reportaram necessidades de intervenção ao nível infraestrutural, apontando condições físicas deficitárias, quer ao nível da qualidade geral dos edifícios escolares, quer no espaço exterior ou até mesmo dos mecanismos de segurança.
Atualizar o parque informático e dotar todas as escolas de rede <i>wireless</i> .	Qualificar o parque escolar em matéria de equipamento informático.	+	Grande parte das escolas indicaram um desajuste dos recursos existentes, no que ao parque informático diz respeito, face às necessidades atuais.
Reforçar o material didático para alunos com necessidades educativas especiais.	Qualificar o parque escolar em matéria de materiais pedagógicos específicos.	+	A evolução do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, no período compreendido entre os anos letivos 2009-2010 e 2017-2018, evidencia uma tendência expressiva de acréscimo, particularmente a partir do ano letivo 2011-2012. Neste contexto, torna-se fundamental assegurar os recursos necessários à adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem destes alunos.
Tendência para a centralização da procura, por influência de fatores diversos como a oferta de emprego, os movimentos pendulares dos pais, e a rede de creches.	Ampla cobertura geográfica e gestão eficiente de recursos.	++	Observa-se uma maior procura dos estabelecimentos escolares nas freguesias do núcleo central da cidade, associada a uma maior oferta quer em termos de equipamentos escolares, quer de equipamentos de apoio à educação e ensino (desportivos, culturais e de lazer).

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Assimetrias na gestão de contratos de concessão de prestação de serviços de fornecimento de refeições entre as diferentes escolas e agrupamentos.	Estratégia municipal orientadora para a homogeneidade / equivalência de políticas, procedimentos, ações e recursos.	+	Quase todo o serviço de refeições nas escolas se encontra subconcessionado (e.g. BragaHabit, IPSS), não havendo homogeneidade em termos de procedimentos e gestão de prestação de serviços entre os vários agrupamentos de escolas.
O encerramento de escolas, se necessário, deve acautelar as necessidades das famílias, pressupondo a apresentação atempada de alternativas viáveis, eficazmente divulgadas e comunicadas.	Resposta às necessidades reais das famílias. Gestão eficiente de recursos. Comunicação e divulgação.	++	A Carta Educativa é, por definição, um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos de um concelho, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do seu desenvolvimento demográfico e socioeconómico. Com efeito, recai sobre este instrumento a finalidade de orientar a expansão do sistema educativo e de tomar decisões de reordenamento da rede, nomeadamente a de encerramento de escolas que não se encontrem ajustadas às necessidades educativas atuais do território. Perante opções de encerramento, é fundamental que seja garantida a identificação, comunicação e gestão atempada de alternativas viáveis para os alunos e suas famílias.
Pensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado aos atuais perfis de alunos, pais e professores.	Repensar o conceito de escola.	++	No atual contexto socioeducativo, há uma necessidade incontornável de repensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado ao atual perfil das crianças e jovens, bem como às necessidades mais prementes das famílias. Há uma carência de fomentar a componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, promovendo uma atitude crítica, esclarecida e democrática.
Afetação de espaços municipais não diretamente ligados às escolas para a realização de atividades letivas (desporto) e/ou complementares.	Gestão de recursos municipais.	+	A oportunidade de afetação de espaços municipais não diretamente ligados às escolas para a realização de atividades letivas (desporto) e/ou complementares prende-se com a operacionalização e dinamização de uma agenda articulada de eventos com as escolas. Observa-se a possibilidade de serem rentabilizados os recursos físicos existentes para a promoção da participação da comunidade escolar em atividades enquadradas na estratégia educativa do município.
Abertura de espaços escolares em períodos não letivos, com oferta de atividades de lazer e de aprendizagem não formal.	Gestão de recursos municipais.	+	Em articulação e sinergia com as orientações do Ministério da Educação relativas ao funcionamento dos refeitórios escolares durante as férias escolares da época de Natal e Páscoa a partir do ano letivo 2018-2019, há uma oportunidade de rentabilização e aproveitamento dos espaços escolares do concelho em períodos não letivos, com oferta de atividades de lazer e de aprendizagem não formal. Note-se que a autarquia assegura já o serviço de refeições nas interrupções letivas aos alunos carenciados, pelo que a disponibilização de acesso aos espaços para a realização de atividades de caráter lúdico e educativo poderá ser uma medida complementar.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Decréscimo do número de alunos, com tendência a acentuar-se/ manter-se em algumas freguesias mais periféricas do concelho.	Antecipação e gestão das tendências demográficas. Conhecimento e comunicação. Gestão de equipamentos e recursos.	++	A evolução do número de alunos a frequentar os diferentes níveis e valências escolares é de expressivo declínio nos últimos anos, particularmente no que se refere à rede escolar pública do concelho.
Aumento de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades, e consequente aumento da multiculturalidade dos contextos escolares e dos desafios à gestão dessa multiculturalidade.	Gestão da multiculturalidade nas escolas.	++	Em contexto de aumento do número de alunos filhos de pais imigrantes e/ou de outras nacionalidades impõe uma necessidade de esforço adicional ao nível da gestão da multiculturalidade nas escolas, a fim de promover a inclusão. Por outro lado, representa um desafio acrescido para o sistema de educação e ensino local, atendendo aos desfazamentos curriculares observados nos países de origem comparativamente com a realidade nacional.
Ausência de respostas para os alunos com deficiência, após o término dos seus estudos. Referência a iniciativas pontuais de articulação com empresas locais, bem-sucedidas.	Oferta educativa/ resposta para segmentos com necessidades específicas. Articulação entre agentes.	+	A evolução crescente do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, verificada nos últimos anos, impõe uma necessidade acrescida de se anteverem respostas para estes alunos, após o cumprimento do respetivo percurso educativo.
Existência de poucas Unidades de Apoio Especializado (face às necessidades), com a consequente dispersão dos alunos pelas diferentes escolas. As UAE existentes carecem de recursos humanos e estão no limiar da sua capacidade.	Oferta educativa/ resposta para segmentos com necessidades específicas. Articulação com as Políticas Nacionais.	++	A evolução crescente do número total de alunos com NEE nos estabelecimentos de educação e ensino públicos do concelho, verificada nos últimos anos, impõe também uma necessidade de reforço das respostas educativas adaptadas às especificidades e carências destes alunos.
Existência de turmas mistas.	Supressão da existência de turmas mistas.	++	No ano letivo 2017-2018 permanecem em funcionamento turmas mistas em alguns estabelecimentos escolares da rede pública local. Note-se que existem escolas que asseguram o 1.º ciclo do ensino básico e que não dispõem de quatro salas de aula (uma sala por ano de escolaridade).
Transição entre o ensino pré-escolar e o ensino básico deverá contemplar uma abordagem mais experiencial.	Extensão do Plano curricular e compatibilização com vertente mais experiencial. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	-	As questões associadas à extensão e especificidades do plano curricular recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, a autarquia e os agentes educativos do concelho, reconhecendo e deparando-se com estes desafios, poderão contribuir para a supressão desta lacuna, nomeadamente mediante o desenvolvimento de atividades mais experienciais direcionadas para os níveis escolares em causa (agenda articulada de eventos educativos).

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessária maior valorização na educação de adultos e na consolidação de uma relação de cooperação entre entidades locais, no sentido de desenvolver percursos alternativos para os alunos com maiores dificuldades de integração nos currículos regulares.	Articulação de Agentes.	+ -	Observa-se um decréscimo da oferta e procura das respostas no âmbito da educação e formação nos últimos anos. Não obstante, assiste-se a uma diversificação das tipologias de resposta no âmbito da promoção do sucesso educativo e formativo (alternativas ao currículo regular).
Diminuição generalizada do número de alunos considerada como elemento de motivação para o desenvolvimento de uma oferta educativa de qualidade.	Qualidade da oferta educativa.	+ +	A promoção da qualidade da oferta educativa assume-se como um aspeto-chave, particularmente no que se refere à rede escolar pública do concelho, onde se assiste a uma quebra generalizada e contínua do número de frequências nos últimos anos.
A avaliação da adequação da rede de transportes às necessidades das famílias, não sendo unânime, aponta para a reanálise e avaliação da rede, no sentido de providenciar respostas mais adequadas e uma mais eficiente gestão de recursos.	Gestão eficiente de recursos.	+ -	O transporte escolar é assegurado pelos Transportes Urbanos de Braga (TUB) que praticam uma oferta superior à exigida por Lei. A classificação dos serviços atuais, sob o ponto de vista da qualidade, não reúne consenso da comunidade escolar. Poderá haver lugar a uma realização de necessidades, nomeadamente considerando a atual dinâmica de procura dos diferentes estabelecimentos escolares.
Oferta de transporte de alunos com multideficiência considerado insuficiente face às necessidades.	Gestão de Recursos. Articulação com agentes locais.	+	Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, o transporte adaptado deverá ser alvo de especial atenção. Atualmente, a autarquia assegura já o transporte a alunos com mobilidade reduzida, cujo percurso casa-escola apresenta uma distância igual ou superior a 3,5 km.
Existência de pontos críticos e de congestionamento de tráfego junto a algumas escolas nos momentos de entrada e saída de alunos. Sugerida a criação de espaços específicos para a paragem de viaturas para a entrada e saída de alunos.	Gestão de recursos. Sensibilização e educação cívica. Gestão de tráfego e mobilidade.	-	As questões associadas ao tráfego recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, pode caber à autarquia o desempenho de um papel impulsor neste âmbito, atendendo às suas atribuições e competências.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Sensibilização para a utilização de transportes públicos.	Políticas Sustentáveis.	-	<p>No concelho de Braga, o meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares é o automóvel ligeiro, quer seja no papel de condutor, quer como passageiro, ultrapassando largamente o recurso aos transportes públicos.</p> <p>A sensibilização para a utilização de transportes públicos poderá ter implicações positivas quer em termos de redução da intensidade de tráfego juntos às escolas, quer de melhoria da qualidade do ambiente urbano.</p> <p>Estas questões recaem, contudo, num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Não obstante, pode caber à autarquia o desempenho de um papel impulsor neste âmbito, atendendo às suas atribuições e competências.</p>
Dificuldade de acesso a transportes para a realização de atividades entre escolas.	Programação e gestão de recursos. Articulação entre agentes.	+	<p>As condições de acesso a transporte para a realização de atividades entre escolas apresenta uma relação de interdependência com a existência de uma agenda de eventos devidamente articulada e planeada. A dinamização de tal agenda permitiria o planeamento e garantia devidamente atempada dos recursos necessários à dinamização dos eventos, nomeadamente em termos de acessibilidade, para todos os que nele manifestassem interesse.</p>
Insuficiência de pessoal não docente nas escolas e necessidade de pessoal com qualificações mais adequadas.	Formação dos recursos humanos. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	+	<p>Observa-se uma tendência global de aumento do número de profissionais não docentes a exercer atividade na rede escolar pública do concelho de Braga, nos últimos anos letivos, ainda que a mesma não seja transversal às várias unidades orgânicas.</p> <p>A dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, encontra-se regulamentado pela Portaria n.º 272-A/2017, sendo fixada de acordo com um conjunto de critérios. Um destes critérios refere-se à existência de unidades de ensino estruturado / especializado no âmbito da educação especial. Acontece que parte das escolas do concelho não dispõem destas unidades, mas são frequentadas por alunos com NEE, alguns dos quais altamente dependentes e com carência de acompanhamento especializado. É apontado, portanto, um desajuste entre o número de pessoal não docente e as reais necessidades das escolas.</p>
Formação insuficiente e/ou inadequada dos técnicos responsáveis pelos alunos com necessidades educativas especiais.	Formação dos recursos humanos. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	++	<p>Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, com necessidades de resposta diferenciadas, é fundamental assegurar a formação adequada dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento destes alunos.</p>

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessária revisão do processo de contratação do pessoal não docente / criação de um ambiente mais familiar.	Articulação com as Políticas Nacionais de Educação. Formação e requisitos de contratação dos recursos humanos.	+	Relativamente ao pessoal não docente, recai sobre a responsabilidade da autarquia a contratação dos recursos das categorias de Assistente Técnico e Assistente Operacional, encontrando-se os restantes sob a alçada e responsabilidade do Ministério da Educação. No âmbito das competências e atribuições legais do município, importa promover a vinculação do pessoal não docente às escolas, a fim de contribuir para a criação de um ambiente mais familiar, de proximidade e mais favorável ao desenvolvimento de competências de cidadania por parte dos alunos.
Criação de equipas multidisciplinares com presença nas escolas.	Criação de equipas multidisciplinares. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	+	Em contexto de aumento significativo do número de alunos com NEE, com necessidades de resposta diferenciadas, a criação de equipas multidisciplinares com presença nas escolas representará uma verdadeira mais-valia, nomeadamente aumentando a adequação e eficiência da intervenção precoce (pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico).
Reavaliação da afetação de verbas municipais, canalizando parte da verba destinada ao apoio na compra de material escolar para outras prioridades (CAF, AEC).	Gestão de recursos locais. Orçamento Participativo Escolar.	+/-	No concelho de Braga, a autarquia disponibiliza gratuitamente os manuais escolares (português, matemática, estudo do meio e inglês) a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Identifica-se a oportunidade de parte da verba destinada à aquisição destes manuais poder ser canalizada para a aquisição de materiais e recursos para outras prioridades (e.g. AAAF, CAF e AEC), considerando que parte das famílias beneficiárias não se encontram abrangidas pelos escalões A ou B (escalões 1 ou 2 do abono de família).
Constrangimentos na adaptação da oferta formativa de ensino profissional decorrente da seleção da ANQEP.	Articulação entre agentes locais e regionais. Estratégia intermunicipal.	+	A rede de oferta é proposta pela ANQEP no âmbito da Comunidade Intermunicipal, cabendo aos Municípios associados acordar entre si a distribuição dos cursos / ofertas formativas. A margem de alteração face ao estabelecido pela ANQEP é muito curta, o que acarreta constrangimentos em termos de afetação de recursos e diversificação de oferta no concelho. Uma maior sinergia e cooperação entre os agentes locais e regionais poderá a este nível representar uma mais-valia, na medida em que permitirá uma maior articulação e complementaridade da oferta de ensino profissionalizante no território.
Necessidade de reforço da relação entre o IEFP e os restantes agentes locais.	Articulação entre agentes locais e regionais.	+	Considerando que o IEFP assume um papel fundamental em termos de educação e formação de jovens e adultos, o seu envolvimento e articulação com as outras instituições do concelho com oferta de ensino profissional é um aspeto de grande relevância. O papel do Município, enquanto agente facilitador, poderá passar por promover uma maior relação de colaboração e sinergia entre o IEFP e os restantes agentes locais.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Necessidade de uma afetação de recursos e de oferta de ensino profissional mais adequada às necessidades das famílias e também dos empregadores.	Articulação entre agentes locais e regionais. Conhecimento e comunicação.	++	Identificando-se uma maior dificuldade das faixas etárias mais jovens integrarem o mercado de trabalho (maior taxa de desemprego jovem), é importante promover a adequação da oferta do ensino profissionalizante às necessidades dos empregadores e ao tecido económico local.
Desejável maior participação do ensino particular no Conselho Municipal de Educação.	Governança e operacionalidade do Conselho Municipal de Educação. Participação ativa na gestão da Estratégia da Carta Educativa.	+	A rede escolar privada assume um papel muito relevante no sistema educativo do concelho de Braga, pelo que é reconhecida a importância da sua maior participação e representação na instância de coordenação e consulta nesta temática, isto é, no Conselho Municipal de Educação. Assumindo que o Conselho Municipal de Educação assume por objetivo “a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo”, importa que o mesmo reúna os principais agentes educativos do concelho, para que todos os interessados sejam devidamente considerados na tomada de decisão.
Maior colaboração entre instituições de ensino particular e instituições de ensino público.	Articulação entre agentes locais.	+	A colaboração entre instituições de ensino públicas e privadas é de extrema relevância para a qualidade e o sucesso educativo no território concelhio, particularmente no que respeita ao ensino profissionalizante e à valência da educação e formação, onde a rede privada assume um papel preponderante.
Desempenho insatisfatório ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular. Sugestão de integração de elementos identitários da cultura local.	Articulação entre agentes locais. Gestão de recursos locais. Formação e requisitos de contratação dos recursos humanos.	++	No ano letivo 2017-2018, todas as unidades orgânicas da rede escolar pública do concelho de Braga são entidades promotoras das AEC. Sendo um serviço proporcionado numa lógica de escola a tempo inteiro, não há atualmente consenso relativamente à qualidade das atividades desenvolvidas, nomeadamente em termos de desempenho, de ligação à identidade e cultura local e de efetivo enriquecimento curricular dos alunos. Por outro lado, o desempenho, resultados e articulação entre tais atividades poderá estar a ser colocada em causa por uma elevada rotatividade dos recursos humanos afetos à sua dinamização.
Realização de estudo de avaliação do desempenho das AEC.	Conhecimento e monitorização.	+	Não havendo consenso da comunidade educativa relativamente à qualidade das AEC desenvolvidas, nomeadamente em termos de desempenho, de ligação à identidade e cultura local e de efetivo enriquecimento curricular dos alunos, revela-se oportuno um estudo de diagnóstico que fundamente e evidencie os tipos de atividades desenvolvidas, as principais fragilidades e/ou potencialidades e os respetivos resultados.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Não adequação dos currículos, constante atualização e elevada extensão dos mesmos.	Extensão do Plano curricular. Articulação com as Políticas Nacionais de Educação.	-	As questões associadas à extensão e especificidades do plano curricular recaem num âmbito mais vasto do que o associado à Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento dos equipamentos educativos. Com efeito, o papel da autarquia e dos agentes educativos do concelho poderá aqui passar pela identificação e caracterização objetiva de necessidades e a sensibilização junto de entidades competentes.
Existência de projetos escolares de interesse, mas cuja replicação e regularidade são dificultadas pela desmotivação crescente de docentes, alunos e pais.	Articulação entre agentes locais. Participação da comunidade escolar.	-	O estabelecimento de sinergias, a capitalização de resultados, a articulação e o trabalho em rede são aspetos importantes na garantia da qualidade educativa e do sucesso educativo no concelho. De modo a possibilitar a replicação e a maximização de projetos e ações bem-sucedidas, bem como promover uma maior motivação da comunidade escolar, é fulcral garantir que todos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados nos processos de tomada de decisão.
Falta de motivação generalizada por parte de professores, funcionários e alunos.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+/-	No sentido de promover uma maior motivação por parte de professores, funcionários e alunos, é fundamental garantir que todos dispõem da informação necessária e são devidamente considerados nos processos de tomada de decisão. Há, portanto, a este nível, uma oportunidade de repensar o modelo de governança da estratégia educativa do município.
Necessário o fomento da componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, entre outras competências.	Repensar o conceito de escola.	+	Há uma carência de fomento da componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização, promovendo uma atitude crítica, esclarecida e democrática. Afigura-se uma questão particularmente relevante se atendermos ao contexto de aumento da multiculturalidade da comunidade educativa e do número de alunos com NEE, numa perspetiva de promoção de uma escola mais inclusiva.
Reduzido envolvimento dos pais e famílias.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+/-	As associações de pais e encarregados de educação apresentam atualmente um papel muito relevante no sistema educativo local, assumindo inclusivamente o papel de promotores de atividades de apoio à família. Não obstante, a participação dos mesmos poderá ser promovida e alargada mediante a adoção de um modelo de governança que permita que todos os principais interessados estejam devidamente informados e possam ser considerados nos processos de tomada de decisão.

Comentário	Questão a responder	Priorização	Notas justificativas
Câmara Municipal como agente facilitador.	Estratégia municipal.	++	<p>A Câmara Municipal tem vindo a assumir um conjunto crescente de atribuições e competências na área da Educação, nomeadamente em termos de planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos. Cabe-lhe, portanto, um papel fundamental na promoção e operacionalização de medidas de desenvolvimento da educação no concelho como aspeto determinante na qualificação e competitividade futura do concelho – estratégia educativa.</p> <p>Considerando as suas atribuições e competências legais, a autarquia é identificada como o agente facilitador por excelência em matéria de melhoria de qualidade do sistema educativo e da realidade da educação no concelho, promovendo uma maior proximidade entre os restantes agentes de educação.</p>
Importante papel das associações de pais, que deverão ter uma intervenção mais ativa.	Participação e articulação da comunidade escolar.	+-	<p>As associações de pais e encarregados de educação apresentam atualmente um papel muito relevante no sistema educativo local, assumindo inclusivamente o papel de promotores de atividades de apoio à família.</p> <p>Não obstante, a participação dos mesmos poderá ser promovida e alargada mediante a adoção de um modelo de governança que permita que todos os principais interessados estejam devidamente informados e possam ser considerados nos processos de tomada de decisão.</p>

LEGENDA:

 Questão imaterial conjuntural	 Baixa relevância
 Questão imaterial estrutural	 Média relevância
 Questão material conjuntural	 Elevada relevância
 Questão material estrutural	 Extrema relevância

II.5.1. DESAFIOS DA ESCOLA DO FUTURO

As questões classificadas como estruturais constituem, no âmbito da re(definição) estratégia educativa para o concelho de Braga, desafios da escola do futuro. Estas questões assumem um papel fundamental na delimitação da estratégia e na identificação dos respetivos objetivos, dado que se coadunam com as principais preocupações e desafios futuros nesta área, devendo estar, portanto, no cerne da estratégia educativa municipal.

Partindo das questões identificadas a partir dos contributos dos vários agentes do território, e tendo por base as premissas anteriormente explanadas, assumimos então um conjunto de 15 desafios da escola do futuro, designadamente:

- Articulação entre projetos e políticas nacionais e municipais;
- Monitorização sistemática da Carta Educativa, com o envolvimento e participação da comunidade escolar e dos agentes locais;
- Participação ativa do Conselho Municipal de Educação na gestão da estratégia da Carta Educativa;
- Articulação entre os agentes do território e sinergia de esforços em prol de uma maior organização, eficiência e eficácia da agenda de eventos municipais;
- Articulação entre os agentes locais e regionais na oferta formativa do ensino profissionalizante;
- Valorização da inovação, articulação e pertinência dos projetos educativos, mediante a certificação da qualidade do sistema educativo do concelho;
- Carta Educativa como documento estratégico, estruturante e tradutor das especificidades do concelho;
- Delineação de uma estratégia municipal orientadora para a homogeneidade / equivalência de políticas e procedimentos escolares;
- Comunicação atempada das intervenções de reordenamento da rede escolar, dando resposta às reais necessidades das famílias;
- Gestão eficiente dos recursos municipais e educativos;
- Criação de equipas multidisciplinares e garantia da formação adequada dos recursos humanos;
- Repensar o conceito de escola, como espaço inclusivo, humanista e de multivivências, mais adequado ao atual perfil e necessidades da comunidade escolar;
- Extensão do Plano curricular e compatibilização com a vertente mais experiencial;
- Garantia da qualidade da oferta educativa;
- Promoção de políticas sustentáveis junto da comunidade escolar.

II.5.2. VISÃO ESTRATÉGICA

Os 15 desafios da escola do futuro identificados anteriormente consubstanciam-se e concorrem para o alcance da **visão estratégica** para o território concelhio, no que à educação diz respeito, nomeadamente:

“Uma Educação para Todos”

Esta visão estratégica comunga do compromisso assumido pelo município em prol da equidade no acesso à educação, da construção de uma escola inclusiva, da integração e cooperação entre toda a comunidade educativa, do apoio ao aluno, ao educador e ao encarregado de educação e da criação de uma consciência e pertença à comunidade. Estas premissas estão igualmente subjacentes aos princípios contidos na Carta das Cidades Educadoras, rede que é integrada pelo município de Braga desde 2000, confluindo para o desígnio da educação representar o eixo transversal a todas as políticas locais.

Por outro lado, esta visão é também reflexo da consciência por parte do Município do papel fundamental da educação na construção de uma sociedade coesa, inclusiva e participativa e, com efeito, da atenção redobrada que é dada a esta área de atuação. Efetivamente, é convicção do município de que é pela educação que as crianças e jovens adquirem as competências pessoais e sociais que permitem o seu desenvolvimento pleno, enquanto pessoas e cidadãos. A educação possibilita que cada criança e jovem se exprima, afirme e desenvolva a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade.

Considerando o exposto, o Município procura desenvolver a sua atuação de forma transversal e coordenada, interagindo e integrando os vários agentes educadores, de modo a tornar Braga não só o espaço, mas sobretudo a oportunidade para que a Educação aconteça ao longo da vida dos bracarenses. É também por isso, e por assumir a visão de “uma educação para todos” que a autarquia tem pautado o processo de atualização da Carta Educativa por uma metodologia colaborativa e aberta à participação de todos.

Esta visão estratégica representa, assim, a grande meta orientadora das propostas de intervenção que vierem a ser contempladas na Carta Educativa.

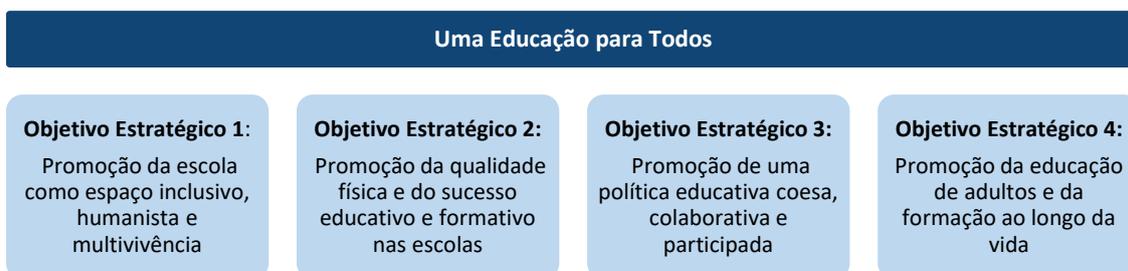
II.5.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A concretização da visão estratégica assumida para a Educação implica uma desagregação em componentes mais operativas, mediante a definição de objetivos estratégicos que permitam a ligação entre a ideia / visão e a sua materialização em ações / propostas concretas de intervenção. Deste modo, os objetivos estratégicos constituem a primeira forma de estabelecer as prioridades de desenvolvimento conducentes à visão estratégica.

Os objetivos estratégicos decorrem das prioridades e desafios da escola do futuro identificados, bem como da visão estratégica e da perceção da importância de fomentar uma comunidade escolar mais

inclusiva, colaborativa e dinâmica, de respeitar a diferença, promover a cooperação local e regional e promover a exigência e o sucesso no processo educativo e a eficácia e eficiência na gestão dos recursos. A consideração de tais premissas permitiu o estabelecimento de quatro objetivos estratégicos, os quais se encontram esquematicamente representado na figura seguinte (Figura II.4).

Figura II.4 | Visão e objetivos estratégicos subjacentes à estratégia educativa para o Município de Braga



OE 1: PROMOÇÃO DA ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO, HUMANISTA E MULTIVIVÊNCIA

Identifica-se uma necessidade incontornável de repensar a escola como um espaço de multivivências, mais adequado ao atual perfil das crianças e jovens, bem como às necessidades mais prementes das famílias.

Ainda neste contexto, há também uma carência de fomentar a componente humanista nas escolas, dos valores da cidadania e sociabilização. Perspetiva-se, assim, a promoção de uma educação para a cidadania, comprometida com uma atitude crítica, esclarecida e democrática.

Este objetivo estratégico tem ainda subjacente o intuito de garantir uma escola inclusiva que promova a equidade de oportunidades e o sucesso educativo de todos, procurando assegurar a resposta mais adequada aos alunos que dela carecem. A inclusão é, antes de tudo, uma questão de direitos e, portanto, uma palavra de ordem dos nossos dias. Com efeito, a escola, para além de proporcionar aos alunos um espaço comum e de partilha, deverá proporcionar-lhes também oportunidades adequadas às suas necessidades. Este princípio assume particular relevância no atual contexto de multiculturalidade da comunidade escolar e de um número crescente de alunos com necessidades educativas especiais e com carência de respostas especializadas.

A escola inclusiva implica mudanças relativamente à atitude com que a perspetivamos, que pode determinar o sucesso ou o insucesso dos alunos; à prática pedagógica que a comunidade escolar desenvolve, que deve ter implícita a cooperação ou, no mínimo, a colaboração entre todos os atores que intervêm no seu espaço; à organização e à gestão da escola que, frequentemente, quando as situações são mais complexas tem de implementar projetos, tantas vezes parecerias com outras instituições, de modo a garantir uma resposta a mais adequada possível aos alunos que carecem dela (Silva, 2011).

A educação inclusiva emerge como um constructo multidimensional que engloba não só um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação do aluno, mas também uma multiplicidade de estratégias, atividades, recursos, projetos e processos adequados às necessidades de todos e de cada uma

das crianças e alunos. Estes pressupostos visam tornar realidade os direitos universais para a qualidade, uma educação potenciadora do desenvolvimento integral do potencial de cada aluno e ainda, procura permitir que todos combatam a discriminação e celebrem a pluralidade (IGEC, 2016).

Para além do já referido, e ainda a este nível, importa promover o estreitamento de relações de cooperação com entidades locais e regionais, mediante o estabelecimento de protocolos e recurso a PIEF (Programas Integrados de Educação e Formação), proporcionando percursos alternativos a alunos com difícil integração no currículo regular.

No âmbito da promoção da escola como espaço inclusivo, humanista e multivivência, a formação contínua de professores e a adequada formação do pessoal não docente assumem-se como fatores facilitadores da inclusão, pelo que a sua relevância não deverá ser descurada.

OE 2: PROMOÇÃO DA QUALIDADE FÍSICA E DO SUCESSO EDUCATIVO E FORMATIVO NAS ESCOLAS

Este objetivo estratégico incide não só na melhoria da qualidade física dos equipamentos escolares do território concelhio, como também na promoção do sucesso educativo e formativo nas escolas.

Uma primeira dimensão diz então respeito ao propósito de um mais eficiente e adequado ordenamento da rede escolar face às atuais necessidades, esbatendo as disparidades e promovendo a equidade de acesso ao sistema de educação e ensino municipal. Acresce ainda assegurar um adequado nível de infraestruturização e dotar todos os estabelecimentos escolares das condições básicas e de recursos e equipamentos adequados às necessidades, procurando ainda garantir as necessárias atualizações recorrentes dos equipamentos, nomeadamente do parque informático.

Associada a esta dimensão e numa relação de completa sinergia e complementaridade com a mesma, há a referir o intuito de melhorar a qualidade do sistema educativo e formativo, procurando garantir o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho. Note-se que o sucesso educativo e formativo não deverá ser encarado, no contexto do atual objetivo estratégico, no sentido restrito aplicado aos resultados escolares, mas num sentido mais abrangente e ambicioso que considera o ajustamento dos percursos educativos aos perfis dos alunos, disponibilizando percursos alternativos, passíveis de integrar e responder adequadamente à diferença e evitar o abandono escolar precoce, antes do término da escolaridade obrigatória.

Efetivamente, o sucesso educativo e formativo das escolas é mais do que a obtenção de taxas satisfatórias de aprovação e transição, devendo ser visto de uma forma mais holística, que traduza a reunião da comunidade educativa em prol de objetivos comuns, mediante o reforço de laços de colaboração e participação quer com os agentes educativos do território, quer com as famílias e encarregados de educação.

OE 3: PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA COESA, COLABORATIVA E PARTICIPADA

A promoção de uma política educativa coesa, colaborativa e participada, para além de consistir num dos quatro objetivos estratégicos, representa um fator determinante para a consecução da visão estratégica e dos restantes objetivos estratégicos. De facto, é essencial a consolidação de uma cultura de colaboração entre os agentes do território, numa perspetiva de trabalho conjunto, integrador e concertado, assente na corresponsabilização e na garantia de melhores condições, na rentabilização de recursos e na delimitação de um caminho a seguir para colmatar as necessidades identificadas e/ou alcançar novos objetivos e desafios.

O estreitamento de relações de colaboração e o estímulo a uma cultura de cooperação entre os agentes mais relevantes do território em termos educativos é fortemente propiciador da articulação de projetos, atividades e programas (e.g. agenda educativa, atividades de enriquecimento curricular e de apoio às famílias), da replicação de projetos bem-sucedidos, de uma rotina de partilha de informação e divulgação planeada e de um processo de monitorização contínuo, que permita identificar objetivamente necessidades e implementar, em tempo oportuno, as necessárias medidas corretivas e/ou adaptativas para lhes fazer face.

Este eixo pressupõe também a colaboração em torno de uma mais eficiente, partilhada e eficaz gestão de recursos municipais, quer físicos, quer humanos, particularmente no que se refere ao transporte escolar e à rentabilização da vasta rede de equipamentos existentes no território (culturais, desportivos e de lazer) para benefício das atividades de enriquecimento curricular e da componente de apoio às famílias.

Importa, sobretudo, proporcionar novas valências, espaços e dinâmicas que potenciem a relação entre os diferentes agentes educativos, a autarquia, a comunidade e o território. Assume-se, assim, como desígnio, promover a aproximação dos agentes do território relacionados com a educação, nomeadamente os Agrupamentos de Escolas, as escolas não agrupadas da rede pública e privada, a autarquia, as Juntas de Freguesia, os parceiros sociais e a comunidade em geral.

OE 4: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS E DA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

A educação e a formação são parte de um mesmo processo de aquisição e renovação de conhecimentos na sociedade atual, caracterizada por céleres alterações tecnológicas e por uma longa permanência dos cidadãos no mercado de trabalho (Quoniam et al., 2010). As exigências decorrentes desta dicotomia fazem da aquisição de conhecimentos e da formação ao longo da vida um importante fator de competitividade, de desenvolvimento e de inovação, nas mais diversas áreas de atividade, pelo que é fulcral garantir que aqueles adultos cujas competências e qualificações não correspondem plenamente às exigências atuais do mercado de trabalho e da sociedade conseguem obter pleno acesso às oportunidades de aprendizagem.

Considerando o exposto, pretende-se assegurar um sistema de educação e ensino que incentive a aprendizagem e a formação ao longo da vida e que consubstancie uma resposta integrada às necessidades formativas de todos os cidadãos, independentemente da faixa etária e nível de instrução.

Subjacente a este objetivo estratégico está a convicção de que a educação deverá ser um processo holístico, contínuo e transversal à vida dos cidadãos, não devendo ser descurada após a conclusão da escolaridade obrigatória (12.º ano de escolaridade). Sobre este objetivo recaem intenções de redução do abandono escolar, desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, desenvolvimento de competências-chave, certificação de competências, elevação do nível de qualificação da população adulta e reforço da empregabilidade. Têm, portanto, enquadramento no presente objetivo estratégico, a melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.

O sistema de educação e formação de Braga carece, atualmente, de uma abordagem mais pragmática a esta componente de ensino, associada ao estreitamento de relações de cooperação com entidades locais e regionais.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Educativa corresponde a um instrumento de planeamento estratégico que tem como objetivo o (re)ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, contribuindo para a promoção da qualidade do sistema educativo e formativo de acordo com as especificidades territoriais e a dimensão prospetiva subjacente. Deste modo, objetiva a adequação da rede escolar às perspetivas de desenvolvimento do território concelhio, atendendo a cenários de evolução demográfica e socioeconómica, assim como às necessidades e/ou aspirações da população. Assume-se, assim, fundamentalmente, como um processo em constante reorientação face à natural evolução local e/ou nacional.

Face ao exposto, facilmente se depreende que este instrumento se reveste de particular importância, atendendo a que a sua concretização estará associada a um impacto efetivo na qualidade de vida (presente e futura) da população do concelho de Braga.

O processo de revisão / atualização da Carta Educativa de Braga visa promover o acompanhamento e atualização das dinâmicas ocorridas no Sistema Educativo e a sua adequação à realidade, de modo a apoiar a conceção de estratégias da política educativa para o município e a própria implementação, materializada sob a forma de ações e intervenções concretas no território.

Neste contexto, o atual documento procede à síntese da atualização do diagnóstico socioeducativo do Município de Braga e, com base nos resultados e conclusões obtidas, à formulação objetivos orientadores da estratégia educativa local, que se entendem poder responder de forma consistente, atual e realista aos desafios e necessidades do desenvolvimento educativo presentes no concelho, numa perspetiva de coesão e sustentabilidade socioeconómica e territorial.